

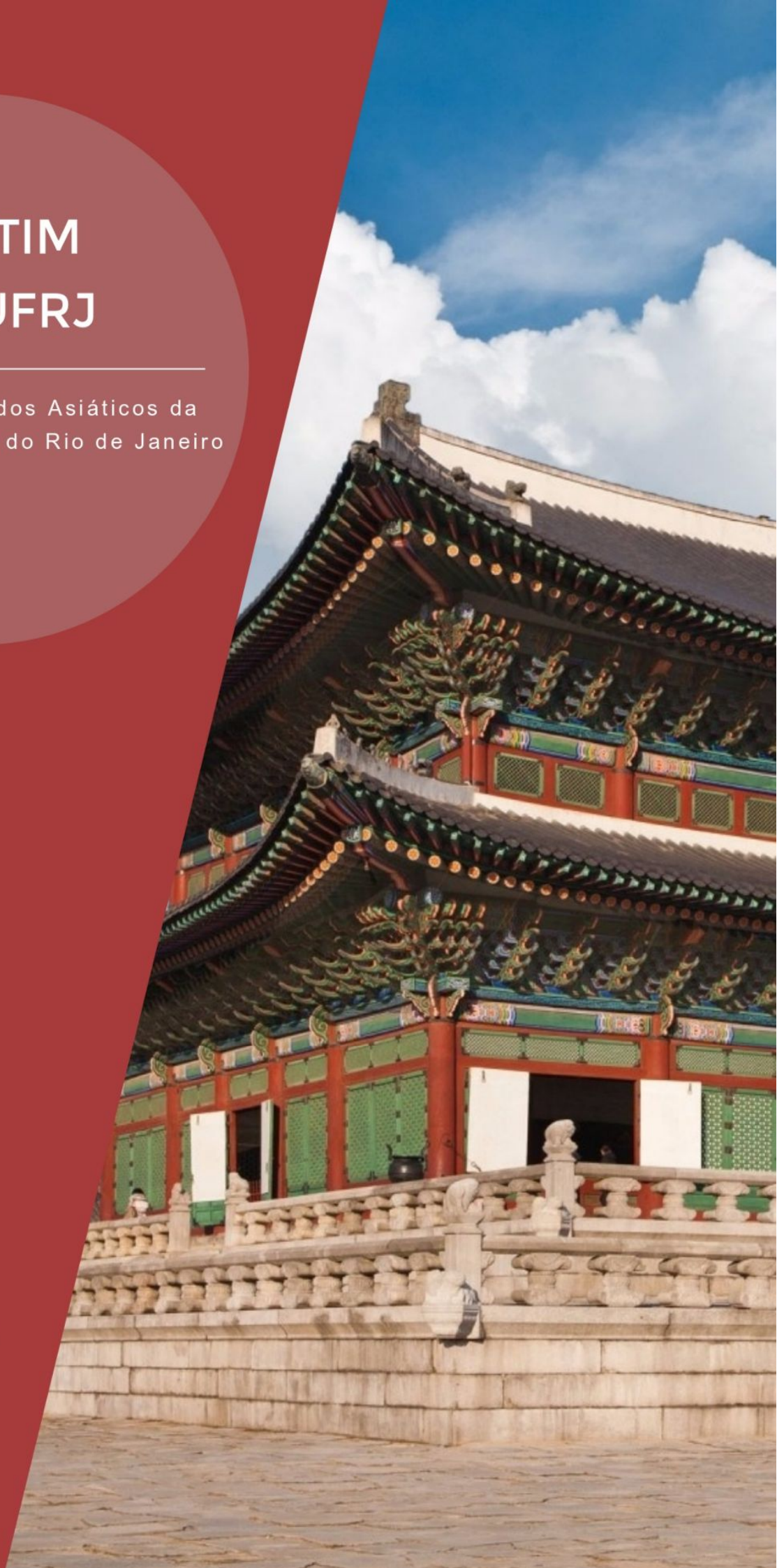
BOLETIM LEA-UFRJ

Laboratório de Estudos Asiáticos da
Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANO 2 | Nº 3 |
ABRIL DE 2018



UFRJ



BOLETIM LEA-UFRJ
ANO 2| Nº 3| ABRIL DE 2018

O Boletim LEA-UFRJ é uma publicação mensal que reúne análises de conjuntura sobre países, regiões e temáticas referentes à Ásia. O mesmo está vinculado ao Laboratório de Estudos Asiáticos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo composto por editorial e textos redigidos por alunos de graduação e de pós-graduação vinculados às atividades de pesquisa do laboratório. Trata-se de uma iniciativa de extensão universitária, cujo propósito é aproximar a sociedade dos trabalhos desenvolvidos dentro da universidade.

Corpo Editorial
Editor Executivo

Leonardo Valente Monteiro (UFRJ)

Editora Adjunta

Letícia Figueiredo Ferreira (PEPI-UFRJ)

Pesquisadores do Laboratório de Estudos Asiáticos da UFRJ

Caroline Rocha T. Colbert (PEPI-UFRJ)
Davidson Costa Souza (UFRJ)
Dimitria H. de Mello Assis Nunes (UFRJ)
Giovanna Lucio Monteiro Ferreira (UFRJ)
Júlia Souza Izquierdo Penaranda (UFRJ)
Lahissa da Silva Pereira (UFRJ)
Lais Helena Ferreira dos Santos (UFRJ)
Leonardo Mendonça Ventura (UFRJ)
Letícia Figueiredo Ferreira (PEPI-UFRJ)

Lucas Almeida de Brito (UFRJ)
Mariana Harouche Fontes (UFRJ)
Marcelo Santos Ribeiro (UFRJ)
Matheus Bruno F. Alves Pereira (UFRJ)
Pedro Allemand M. Silva (PEPI-UFRJ)
Rafael de Castro Santos (UFRJ)
Rebecca Souza Batista (UFRJ)
Sabrina Rodrigues Pacheco (UFRJ)
Thayane Queiroz Santos de Jesus (UFRJ)

Capa e Layout

Letícia Figueiredo Ferreira (PEPI-UFRJ)

Contato



Laboratório de Estudos Asiáticos
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Av. Pasteur, 250 – Praia Vermelha – CEP 22290-902
Rio de Janeiro/RJ – Brasil
E-mail: leari.ufrj@gmail.com
Site: leariufrj.wixsite.com/home

SUMÁRIO

EDITORIAL

SOBRE A QUINTA EDIÇÃO DO BOLETIM	04
--	----

ARTIGOS

A ENERGIA NUCLEAR NA CHINA E A NOVA ETAPA NA PRODUÇÃO ENERGÉTICA	06
---	----

FUKUSHIMA SETE ANOS APÓS O DESASTRE: IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E A NUCLEARIZAÇÃO DO JAPÃO	11
---	----

ENTRE INCONFIDÊNCIAS E PEDALADAS: OS <i>IMPEACHMENTS</i> DE PARK GEUN- HYE E DILMA ROUSSEFF	18
--	----

DIPLOMACIA NORTE COREANA SOB O PRISMA DO <i>JUCHE</i> E DA POLÍTICA <i>SONGUN</i>	26
--	----

O NOVO TRATADO SOBRE AS FRONTEIRAS DO MAR DO TIMOR: SOLUÇÃO DEFINITIVA PARA TODOS OU FONTE DE NOVOS LITÍGIOS	31
---	----

A CRISE HUMANITÁRIA EM MYANMAR: AS ESFERAS ÉTNICO-RELIGIOSA E GEOPOLÍTICA QUE ENVOLVEM O CONFLITO NO SUL ASIÁTICO	39
--	----

EDITORIAL

SOBRE A QUINTA EDIÇÃO DO BOLETIM

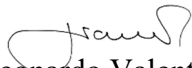
O Leste e o Sudeste asiáticos são o centro das análises da quinta edição do Boletim do Laboratório de Estudos Asiáticos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEA-UFRJ), a qual aborda a questão da energia nuclear na China e no Japão, produz análises das políticas doméstica e externa na península coreana, versa sobre as disputas territoriais no Pacífico Sul e denuncia as violações de direitos humanos contra uma minoria étnica mianmarenses. Enquanto o Leste abarca as duas maiores potências econômicas do continente e ainda se recupera de um tensionamento geral dos ânimos diante da ameaça de um embate nuclear entre Washington e Pyongyang; o Sudeste, região que concentra rotas marítimas estratégicas e é alvo de disputas crescentes, sofre com uma miríade de conflitos civis decorrente de fronteiras artificiais e estruturas de poder frágeis herdadas após séculos de exploração estrangeira.

O primeiro artigo, escrito por Matheus Alves, discorre sobre os esforços empreendidos pela China para se tornar uma potência líder na produção de energia nuclear, objetivo que se insere em uma estratégia maior para assegurar sua segurança energética, ascender nas cadeias globais de valor (CGVs) e financiar os projetos de infraestrutura da Nova Rota da Seda – ao mesmo tempo em que a energia limpa também melhora a qualidade de vida dos chineses. Já o segundo artigo, escrito por Rebecca Souza, aponta os desdobramentos econômicos, políticos e sociais do desastre triplo (terremoto, tsunami e acidente nuclear) de Fukushima após sete anos do ocorrido, ponderando o preconceito internacional contra os produtos originários da região e a rejeição da população japonesa ao discurso pró-nuclear da administração Abe.

No terceiro artigo, Mariana Harouche e Thayane Queiroz investigam as semelhanças entre os *impeachments* brasileiro e sul coreano, demonstrando que, apesar das particularidades, ambos, conduzidos por vias parlamentares, foram marcados por uma retórica machista e pelo protagonismo da mídia corporativa, resultando tanto no declínio das maiores e mais estratégicas empresas nacionais, quanto no revigoramento de políticas de cunho liberal. No quarto artigo, por sua vez, Marcelo Ribeiro e Pedro Allemand, tratam do processo de desnuclearização norte coreano, evidenciando como a ideologia de autossuficiência do *Juche* e a política *Songun* de fortalecimento das forças armadas fundamentam a política externa da Coreia do Norte, visando alargar seu poder de barganha nas negociações com outros atores do sistema internacional.

O quinto artigo, escrito por Sabrina Rodrigues, aborda o tratado recentemente assinado pela Austrália e pelo Timor Leste, que pôs fim a uma controvérsia de quase meio século ao redefinir as fronteiras marítimas entre os dois países, mas, apesar de ter sido anunciado como

uma vitória timorense, manteve o domínio australiano sobre a exploração das principais reservas de petróleo e gás no Mar do Timor. O sexto artigo, por fim, de autoria de Dimitria Nunes, sonda o conflito étnico-religioso, entre a maioria budista bramá e a minoria mulçumana rohingya, em curso em Myanmar, cuja origem remonta ao período de colonização britânica e hoje envolve os interesses de grandes potências regionais, nomeadamente a Índia e a China.

 
Leonardo Valente e Leticia Ferreira
Editores

A ENERGIA NUCLEAR NA CHINA E A NOVA ETAPA NA PRODUÇÃO ENERGÉTICA

Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira

O mundo vem cada vez mais se surpreendendo com o rápido crescimento de Pequim frente ao cenário mundial nos últimos tempos. O fato de a China ter um dos PIBs mais altos do mundo revela a determinação do país para se tornar uma das maiores potências mundiais, uma vez que esse tem investido nas últimas décadas na sua forte industrialização e urbanização. Em contrapartida, o rápido crescimento econômico foi acompanhado por um decréscimo na qualidade de vida dos chineses, os quais se veem involuntariamente expostos aos níveis de poluição do ar mais altos do mundo.

O crescimento em níveis colossais durante as últimas décadas fez o “país do meio” chegar ao seu limite na produção de eletricidade através dos seus meios convencionais, nesse caso, pela utilização de combustíveis fósseis. Em realidade, a maior parte da eletricidade produzida na China provém dessa forma de produção, que além de limitada, vem aumentando continuamente a emissão de gases poluentes, com destaque para a queima de carvão como forma principal de produção de energia elétrica do país, atingindo 73% do total gerado em 2015 (WORLD NUCLEAR ASSOCIATION, 2018). Destarte, em novembro de 2014, foi declarada a nova empreitada chinesa, colocada como meta no 13º Plano Quinquenal Chinês: ter 20% do consumo de energia supridos por fontes não fósseis até 2030 (Idem, 2018).

Esse novo passo no desenvolvimento das fontes energéticas bota em evidência que Pequim se direciona para o início de um novo período econômico social. Essa afirmação deve ser considerada a partir de um determinante do objetivo: a especificidade presente no desenvolvimento das tecnologias limpas. A simples mudança no foco da produção de energia envolvendo tecnologia limpa acarreta uma mudança nos movimentos e focos de investimento, já que bens diferentes são necessários (maquinário, componentes eletrônicos, transporte, pesquisa, etc). Uma vez que esses são mudados, as produções que antes se beneficiavam do consumo de energia fóssil e giravam em torno dela serão substituídas por atividades que se assemelhem ao novo formato de fornecimento de energia. Assim, configurar-se-á uma nova rede de desenvolvimento e investimentos (HANCHENG *et al*, 2015).

Seguindo a nova política de energia limpa, é estabelecido, em novembro de 2014, o Plano de Ação Estratégica de Desenvolvimento Energético, o qual estabelecia, ao mesmo tempo, o corte de carvão e o desenvolvimento de energia limpa, meta essa planejada desde

2012, com a previsão de 58GWe gerados por energia nuclear em 2020, e a perspectiva de mais 30GWe em construção (WORLD NUCLEAR ASSOCIATION, 2018).

Figura 1 - Reator de água pressurizado AP1000



Fonte: Westinghouse (2018).

A energia nuclear para a China se mostra como um meio estratégico de produção, já que ela permite o abastecimento energético em áreas distantes das minas de carvão e hidrelétricas. Todavia, os planos para a construção de usinas nucleares permanecem, momentaneamente, em partes costeiras, o que possibilitará a

construção de reatores de água pressurizada (*pressurized water reactors*). Esse arquétipo, inclusive, será produto de uma transferência de tecnologia negociada pelo governo chinês e a Westinghouse Electric Company, empresa de energia nuclear adquirida pela Toshiba em 2006. O modelo da usina da Westinghouse, AP1000, foi determinado como o que será utilizado como base para padronizar as usinas. A versão chinesa, batizada de CAP1000, será constituída logo após a construção das quatro usinas AP1000, construções que também servirão para a capacitação de pessoal. Foram realizados acordos posteriores para criar uma versão mais potente dessa usina, que seria batizada de CAP1400 (Idem, 2018).

Em 2017, por mais que já seja um dos países com maior número de reatores nucleares – junto aos Estados Unidos, à França e ao Japão –, a China ocupou o posto de país com a expansão na produção de energia nuclear mais rápida do planeta, ao se apresentar com 38 usinas em funcionamento e outras 19 em construção, ficando acima mesmo da Rússia. Almeja, assim, alcançar a marca de 120-150 gigawatts até 2030 (GIL, 2018). Por outro lado, com o acidente no reator em Fukushima, no Japão, em 2011, foi anunciado a paralisação dos projetos e usinas nucleares em funcionamento na China para uma inspeção geral de emergência, incluindo o reator Sanmen – o primeiro da categoria AP1000. Posteriormente, foi determinado que os protocolos de segurança do projeto de Sanmen deveriam absorver os dados e lições adquiridos através do incidente em Fukushima, atrasando o projeto (NG; CHEN; DELANEY, 2018).

Na prática, de fato, Pequim tem se mostrado piamente comprometida com os seus padrões de inspeção e manutenção de suas instalações. A Administração Nacional de Segurança Nuclear (NNSA, na sigla em inglês) é o órgão regulador do país responsável pelos alvarás de funcionamento de cada reator, pelo transporte e despejo de material nuclear, pela certificação

das companhias que projetam equipamentos destinados para este fim e pela proteção contra agentes radiológicos. Trabalhando em conjunto com órgãos internacionais, como a Comissão Reguladora Nuclear do Estados Unidos, por exemplo, no caso dos AP1000, a NNSA vem se destacando por colaboração e transparência com essas outras entidades. A meta é, sem dúvidas, atingir os melhores padrões de energia nuclear, sem deixar a demanda à frente da qualidade (WORLD NUCLEAR ASSOCIATION, 2018).

Essa busca pela excelência na capacitação de pessoal e na construção, manutenção e geração de energia nuclear própria não deve ser vista apenas como um objetivo vinculado à questão energética nacional chinesa. Ao dominar a capacidade intelectual e prática de usinas nucleares, será possível exportar para outros países no futuro. Já no que se refere ao planejamento de projetos desenvolvidos no exterior, o governo chinês vem tomando medidas para lançar as suas estatais mais competitivas no mercado internacional, como foi o caso da fusão entre a China National Nuclear Corp e a China Nuclear Engineering & Construction, constituindo uma companhia composta por um contingente de 150 mil empregados, e avaliada em 99 bilhões de dólares (MASON; STANWAY, 2018).

Figura 2 - Usinas nucleares na China



Fonte: World Nuclear Association (2018).

Como mencionado anteriormente, com a mudança no formato de fornecimento de energia – que até o momento é predominantemente pela queima do carvão e combustíveis fósseis –, haverá uma remodelagem na economia chinesa. A medida que o bem estar e a riqueza

doméstica crescem, novos produtos e serviços voltados para fins domésticos são criados. Assim, ocorrerá uma queda na indústria primária e secundária – intensas consumidoras de energia – em favor da ascensão da indústria terciária de bens e serviços, consolidando a realocação da China para a categoria dos países desenvolvidos já na metade do século XXI (HANCHENG *et al*, 2015).

Décadas de um desenvolvimento industrial intenso e enorme demanda por energia, suprida por formas simples de geração de eletricidade, permitiram à China se desenvolver e crescer de forma considerável, sempre atingindo um dos PIBs mais altos do mundo. Contudo, todo esse avanço ocorreu em detrimento do bem estar de sua população, tendo sua saúde agravada pela poluição do ar originada em grandíssima parte pela queima de combustíveis fósseis, nesse caso, com destaque para o carvão. O ponto crítico a que chegou a qualidade do ar obrigou o governo chinês a tomar providências sobre o bem estar social, apostando nas energias renováveis, com destaque para a geração de energia através de usinas nucleares.

Não obstante, além de colaborar com o objetivo da redução de gases nocivos, tal medida permite um maior alcance e facilidade na distribuição de energia elétrica no país, uma vez que pode existir em regiões distantes das minas e usinas que utilizam carvão, ou mesmo das hidrelétricas; sendo uma questão de tempo também para o desenvolvimento de usinas nucleares no interior do país. É perceptível também a forma como Pequim procura explorar essa nova oportunidade, organizando uma nova empreitada para se projetar no exterior com sua própria tecnologia, não só como um mero competidor no cenário internacional de energia, mas como suporte em seu projeto maior, o *One Belt, One Road*. Ademais, vale constar que esse movimento é um passo tomado pela China para ascender nas cadeias globais de valor através da criação marcas e patentes próprias. Configura-se, dessa forma, como mais uma articulação da estratégia chinesa de projeção internacional na competição pela hegemonia regional.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

WORLD NUCLEAR ASSOCIATION. **Nuclear Power in China**. Londres, 2018. Disponível em: <<http://www.world-nuclear.org/information-library/country-profiles/countries-a-f/china-nuclear-power.aspx>>. Último acesso em: 16 de abril de 2018.

HANCHENG, Dai; XUXUAN, Xuie; YANG, Xie; JIAN Liu; TOSHIHIKO, Masui. Green growth: The economic impacts of large-scale renewable energy development in China. Nova Iorque: **Applied energy**, v. 162, 2015, p. 435-449. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0306261915012763>>. Último acesso em: 17 de abril de 2018.

GIL, Laura. How China has become the world's fastest expanding nuclear power producer. **International Atomic Energy Agency (IAEA)**, 2017. Disponível em: <<https://www.iaea.org/newscenter/news/how-china-has-become-the-worlds-fastest-expanding-nuclear-power-producer>>. Último acesso em: 18 de abril de 2018.

MASON, Josephine; STANWAY, David. China goes nuclear with latest state-brokered power deal. **Reuters**, 2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-china-power-nuclear/china-goes-nuclear-with-latest-state-brokered-power-deal-idUSKBN1FK0S4>>. Último acesso em: 16 de abril de 2018.

NG, Eric; CHEN, Stephen; DELANEY, Robert. China pips US in race to start the world's first meltdown-proof nuclear power plant. **South China Morning Post**, 2018. Disponível em: <<http://www.scmp.com/business/companies/article/2107354/china-pips-us-race-start-worlds-most-advanced-nuclear-power-plant>>. Último acesso em: 18 de abril de 2018.

FUKUSHIMA SETE ANOS APÓS O DESASTRE: IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E A NUCLEARIZAÇÃO DO JAPÃO

Rebecca Souza Batista

Conforme o ano de 2020 se aproxima, os olhos do mundo se voltam para Tóquio, a próxima cidade a sediar o maior evento esportivo internacional, as Olimpíadas. No entanto, outra data merece atenção no calendário japonês: 2021, ano esperado para o encerramento das atividades da Agência de Reconstrução em regiões afetadas pelo desastre triplo que abalou o país dez anos antes, em 2011. O Japão sofreu mais de 15 mil perdas humanas, mais de 2 mil pessoas ainda estão desaparecidas e 470 mil foram evacuadas de suas casas, segundo dados da própria Agência de Reconstrução japonesa.

Conhecido como *Great East Japan Earthquake* (O Grande Terremoto do Leste do Japão), o terremoto de intensidade 9 na escala Richter – o mais alto já registrado na história do país – foi seguido de um tsunami com ondas de até dez metros. O acidente nuclear na usina de Fukushima Daiichi adicionou mais estragos ao desastre: quantidades significativas de material radiativo foram liberadas como consequência do tsunami que causou o derretimento de três reatores nucleares da usina. Passados sete anos desde então, o país conhecido por sua eficiência e tecnologia encontra desafios para reerguer as regiões mais atingidas. Dentre elas, a prefeitura¹ de Fukushima é a que mais tem apresentado problemas, caminhando em direção a um futuro que parece, ainda, incerto.

Komatsu (2017) aponta para o fato de que um tsunami em Fukushima é um evento que acontece “uma vez em um milênio”, diferente de outras regiões, como é o caso de Iwate, que já havia sofrido com um maremoto duas vezes na idade moderna. É preciso, também, apontar a falha humana na construção da usina de Fukushima Daiichi. Preparada para lidar com uma onda de até seis metros de altura, foi atingida por uma com quase o dobro do tamanho (VELOSO, 2013). Tratando-se de um país com histórico de ondas gigantes, tal fato deveria ter sido levado em maior consideração, demonstrando o grave erro da Tokyo Electric Power Company (Tepco), responsável pelo gerenciamento da usina, ao não operar no patamar mais seguro. Para Veloso (2013), o desastre só não foi maior graças ao trabalho de técnicos japoneses em condições precárias. Sendo assim, se a prefeitura estava despreparada para um desastre natural dessa proporção, menos ainda estava para um acidente nuclear.

¹ A divisão administrativa do Japão é realizada em três níveis: nacional, prefetural e municipal. O nível mais alto corresponde ao nacional. Abaixo do governo nacional, o país está dividido em 47 prefeituras, cada qual com seu governador, legislativo e burocracia administrativa. O nível mais baixo corresponde ao municipal (cidades, vilas e aldeias).

Diante do desafio de devolver a tranquilidade ao povo, o governo japonês estabeleceu um plano de reconstrução e recuperação com prazo de dez anos e dividido em duas etapas. A primeira, entre os anos de 2011 e 2015, foi definida como um período de intensa recuperação. A segunda, a partir de 2016 até 2020, seria um período de reconstrução e revitalização (RECONSTRUCTION AGENCY, 2017 a). Com um gasto estimado de 32 trilhões de ienes, a intenção do governo era de desmontar a Agência de Reconstrução uma vez completa a recuperação (THE MAINICHI, 2017).

40% dos líderes locais, no entanto, duvidam que a recuperação total alcance o prazo otimista do governo (THE MAINICHI, 2017). Além da velocidade de recuperação diferir de região para região, algumas delas ainda nem começaram o processo de restauração pós-desastre, como é o caso da cidade de Futaba. Localizada a 4 km da usina nuclear, 96% de seu território é tido como uma zona de difícil recuperação, como resultado da radiação. Futaba, antes com mais de seis mil habitantes, é, hoje, somente uma das cidades fantasmas nas proximidades de Fukushima Daiichi. É preciso mencionar, também, o sentimento de incerteza que assola a população no que diz respeito a como seus governantes proverão suporte à região a partir de 2021 (KYODO NEWS, 2018).

O maior obstáculo à recuperação da prefeitura de Fukushima encontra-se em dois planos interligados: econômico e social. A economia da prefeitura é centralizada na pesca, na indústria de frutos do mar e na agricultura. Acrescenta-se, além disso, é claro, a produção de energia elétrica e nuclear. Se os impactos do desastre triplo foram sentidos na economia mundial, pode-se dizer que, na doméstica, foram avassaladores. A indústria pesqueira e a agricultura foram fortemente atingidas pelo acidente nuclear. O material radioativo infiltrou-se no solo, contaminando os lençóis freáticos e jogando material radioativo no oceano. Como consequência, ao correr pelo oceano, a água contaminada pode ter entrado na cadeia alimentar, e assim, contaminado os peixes.

O medo de contaminação e a imagem negativa dos bens produzidos na região é fator de peso que impede o crescimento econômico. O governo japonês frisa que testes realizados indicam que os produtos são seguros para consumo e a Tepco alega que os níveis de radiação não são mais preocupantes. Apesar disso, muitas pessoas fora das zonas atingidas temem os riscos de radiação com base em informações antigas, pois poucos são aqueles que acompanham o processo de reconstrução atualmente (MURAI, 2018). O medo não se restringe aos consumidores dos grandes centros populacionais japoneses, como Sendai e Tóquio, mas atinge proporções internacionais. Recentemente, restaurantes da capital tailandesa, Bangkok,

decidiram parar de servir peixe importado de Fukushima devido aos protestos de clientes (THE MAINICHI, 2018 a).

Komatsu (2017) afirma que atualmente a quantidade total de pescados da indústria pesqueira da prefeitura de Fukushima representa somente 8% do registrado antes do desastre nuclear. O autor enxerga uma passividade por parte do setor – pela falta de iniciativas e conforto com as indenizações pagas pela Tepco –, capaz de acelerar o processo de declínio da indústria de frutos do mar e pesca do Japão. Como consequência da baixa demanda, os líderes da indústria têm mantido a produção e distribuição em baixos níveis (KOMATSU, 2017).

A esperança repousa, assim, na agricultura. Mais precisamente, no saquê, feito de arroz e água. Durante a primeira etapa do processo de recuperação, 74% das fazendas foram recuperadas (RECONSTRUCTION AGENCY, 2017 b). Hidaka e Takeo (2017) acreditam que o saquê pode se tornar um símbolo da segurança dos produtos agrícolas e pesqueiros locais, e das perspectivas para o renascimento mais amplo da prefeitura. Afinal, o número de exportações de saquê de Fukushima mais do que dobrou desde 2012, além de esse ter recebido inúmeros prêmios internacionais.

Embora muitos distritos, antes marcados como zonas de evacuação, tenham sido liberados, apenas 30% do comércio reabriu as portas nessas áreas (THE MAINICHI, 2018 b), poucos foram os que optaram por retornar. Rich (2017), ao visitar “as cidades solitárias” de Fukushima, diz:

Com o retorno de tão poucas pessoas, não faz muito sentido para muitas operações comerciais reabrirem. Muitas das lojas de conveniência, restaurantes e casas de pachinko (mistura de entretenimento e jogo de azar) ainda não foram limpas ou reparadas. (...) As pessoas com maior probabilidade de voltar são os idosos.

Como consequência da significativa queda populacional, o governo japonês tem incentivado o retorno dos evacuados. No ano passado, a evacuada Mitsuko Sonoda alegou, no Conselho de Direitos Humanos da ONU, que Tóquio violou os direitos humanos dos evacuados ao informar que cortará os pagamentos de compensação e assistência habitacional para os mesmos, gerando dificuldades financeiras e não deixando, para muitas famílias, outra opção senão retornar para suas casas apesar do medo (MCCURRY, 2017).

Conforme dados de 2016, a população de Fukushima diminuiu em aproximadamente 5,7% após o desastre e mais de 40 mil pessoas ainda vivem fora da prefeitura como evacuados (THE MAINICHI, 2016). Em um cenário de apreensão pós-desastre, muitas famílias se dividiram. O grande número de separações relacionadas ao estresse pós-acidente nuclear ganhou um nome característico: *genpatsu rikon*, ou “divórcio atômico” (VELOSO, 2013).

O turismo também colapsou após o desastre. Porém, vem, felizmente, se reerguendo nos últimos anos. Nos primeiros 10 meses do ano de 2017, um total de 78.680 visitantes estrangeiros passou pelo menos uma noite na prefeitura, ultrapassando os 77.890 visitantes no mesmo período em 2010 (RYALL, 2018). É preciso ressaltar, também, a entrada de Fukushima na lista de destinos do “turismo obscuro”. Assim como o campo de concentração nazista em Auschwitz, já é possível, por exemplo, participar de guias pela cidade de Namie, nas redondezas da usina, cujo cenário dá uma noção do tamanho da catástrofe (LEADBEATER, 2016).

Em um país sensível a assuntos nucleares e com a memória de duas bombas atômicas ainda muito recente, o acidente nuclear fortaleceu o preconceito e a rejeição a qualquer tipo de nuclearização no país. Assim como aconteceu com os sobreviventes das bombas lançadas em Hiroshima e Nagasaki, aqueles que vêm da área de Fukushima são, com frequência, excluídos socialmente, tamanho o temor de transmissão. Essa característica do povo japonês é marcada pelo conceito de *nuclear allergy*, que sugere a ideia de que o japonês é “alérgico” a questões nucleares. Para Woonink (2017), a metáfora da alergia implica o risco e a “pouco saudável” hipersensibilidade do povo japonês a armas nucleares ou a um discurso pró-nuclear.

Sua relação com o pacifismo é outro ponto a ser levantado da “alergia nuclear” japonesa. Por sua constituição pacífica e rejeição ao direito de beligerância, o Japão ganhou fama de ser, assim, um ator internacional comprometido com a paz e a não proliferação de armas nucleares. O país estipulou três princípios não nucleares: não possuirá, produzirá ou trará armas nucleares ao país (WOONINK, 2017).

A administração de Shinzo Abe, no entanto, parece querer nadar contra a corrente. Embora quatros partidos da oposição tenham apresentado um projeto de lei pedindo o fim das operações em todas as usinas nucleares do país, o primeiro ministro mostra-se pró-nuclear e pretende reativar as usinas nucleares desligadas (KYODO NEWS, 2018). Além disso, por consequência das tensões regionais com países vizinhos, o Japão pode estar caminhando, cada vez mais, para o fim de seu pacifismo. Woonink (2017) aponta, porém, que a “alergia nuclear” do país apresenta benefícios, pois, por um lado, é o maior impedimento à obtenção de armas nucleares, impedindo, também, uma potencial corrida armamentista nuclear no leste asiático.

Recentemente, em cerimônia memorial patrocinada pelo Estado, com a presença do príncipe Akishino e sobreviventes do desastre, Abe prometeu que o governo irá exercer esforços conjuntos para construir uma nação forte e resiliente, resistente a desastres (KYODO NEWS, 2018). Apesar dos rumores, polêmicas e problemas que envolvem Fukushima, é preciso

reconhecer os esforços do governo japonês e seu plano de reconstrução e recuperação. A infraestrutura foi reparada e cidades começam a ser liberadas da zona de evacuação.

Por consequência da contração da demanda interna, o reaquecimento da economia regional parece repousar, então, no comércio exterior, para onde o governo tem direcionado seu plano de ação. Através de uma maior divulgação dos bens produzidos na região, tendo o premiado saquê como destaque, busca-se convencer o mercado internacional da segurança dos bens exportados por Fukushima, visando, assim, a abolição das restrições impostas a eles. Em março deste ano, o ministro das relações exteriores do Japão, Taro Kono, visitou Hong Kong com o objetivo de dissuadir as autoridades locais de banir as importações de produtos agrícolas tanto de Fukushima quanto de prefeituras vizinhas (SIRIPALA, 2018). A reinserção de Fukushima no mercado internacional pode, também, a médio ou longo prazo, abrir espaço para o aumento das atividades da indústria pesqueira, a mais atingida pelo desastre.

Fica claro, portanto, que ainda que de forma tímida e esbarrando em questões sociais, o progresso existe, em graus diferentes, como indicam os números. A infraestrutura foi restaurada e determinados setores da economia começam a mostrar sinais de recuperação, ao mesmo tempo em que barreiras comerciais são contestadas. Não se pode negar que isso é uma “luz no fim do túnel” para aqueles que a perderam sete anos atrás, um começo – ou recomeço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HIDAKA, Masahiro; TAKEO, Yuko. Fukushima Looks to Top-Tier Sake to Beat Stigma, Lift Economy. **Bloomberg**, 2017. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2017-12-28/fukushima-looks-to-top-tier-sake-to-beat-stigma-lift-economy>>. Último acesso em: 28 de março de 2018.

KOMATSU, Masayuki. Halting the Free Fall of Fukushima's Fishing Industry. **The Tokyo Foundation for Policy Research**, 2017. Disponível em: <<http://www.tokyofoundation.org/en/articles/2017/fukushimas-fishing-industry>>. Último acesso em: 28 de março de 2018.

LEADBEATER, Chris. Fukushima and the morbid allure of 'dark tourism'. **The Telegraph**, 2016. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/travel/destinations/asia/japan/articles/fukushima-five-years-on-and-the-rise-in-dark-tourism/>>. Último acesso em: 20 de abril de 2018.

MCCURRY, Justin. Fukushima evacuee to tell UN that Japan violated human rights. **The Guardian**, 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2017/oct/11/fukushima-evacuee-un-japan-human-rights>>. Último acesso em: 28 de março de 2018.

MURAI, Shusuke. Fukushima no. 1 cleanup continues but radioactive water, and rumors, also prove toxic. **The Japan Times**, 2018. Disponível em: <<https://www.japantimes.co.jp/news/2018/03/09/national/fukushima-no-1-cleanup-continues-radioactive-water-rumors-also-prove-toxic/#.WtdpvojwbIU>>. Último acesso em: 28 de março de 2018.

RECONSTRUCTION AGENCY. Governo do Japão. Efforts for Reconstruction of Japan, 2017 a. Disponível em: <<http://www.reconstruction.go.jp/english/>>. Último acesso em: 20 de abril de 2018.

_____. Governo do Japão. Progress to date, 2017 b. Disponível em: <http://www.reconstruction.go.jp/english/topics/Progress_to_date/index.html>. Último acesso em: 20 de abril de 2018.

RICH, Motoko. As cidades solitárias de Fukushima. **UOL**, 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/the-new-york-times/2017/03/12/as-cidades-solitarias-de-fukushima.htm>>. Último acesso em: 28 de março de 2018.

RYALL, Julian. Fukushima tourism finally rebounds from 2010's triple disasters. **TTG Asia**, 2018. Disponível em: <<https://www.ttgasia.com/2018/03/05/fukushima-tourism-finally-rebounds-from-2010s-triple-disasters/>>. Último acesso em: 28 de março de 2018.

SIRIPALA, Thisanka. Fukushima Farms Face an Uphill Battle Building Overseas Market Share. **The Diplomat**, 2018. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2018/03/fukushima-farms-face-an-uphill-battle-building-overseas-market-share/>>. Último acesso em: 20 de abril de 2018.

VELOSO, Larissa. O pesadelo de Fukushima. **Planeta**, 2013, nº 493. Disponível em: <<https://www.revistaplaneta.com.br/o-pesadelo-de-fukushima/>>. Último acesso em: 28 de março de 2018.

WOONINK, Aron. Is Japan's 'Nuclear Allergy' Being Cured?. **The Diplomat**, 2017. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2017/12/is-japans-nuclear-allergy-being-cured/>>. Último acesso em: 28 de março de 2018.

Bangkok restaurants stop serving fish recently imported from Fukushima prefecture. **The Mainichi**, 2018 a. Disponível em: <<https://mainichi.jp/english/articles/20180313/p2a/00m/0na/002000c>>. Último acesso em: 28 de março de 2018.

Fukushima population falls by 110,000 after nuclear disaster. **The Mainichi**, 2016. Disponível em: <<https://mainichi.jp/english/articles/20160311/p2a/00m/0na/006000c>>. Último acesso em: 28 de março de 2018.

Only 30% of businesses have reopened in Fukushima nuclear disaster-hit areas. **The Mainichi**, 2018 b. Disponível em: <<https://mainichi.jp/english/articles/20180321/p2a/00m/0na/004000c>>. Último acesso em: 28 de março de 2018.

Reconstruction uneven 7 years after Japan triple disasters. **Kyodo News**, 2018. Disponível em: <<https://english.kyodonews.net/news/2018/03/967b6d318584-japan-marks-7-years-since-triple-disaster.html>>. Último acesso em: 28 de março de 2018.

40% of local leaders doubt 3.11 disaster area recovery by 2020 due to Fukushima crisis. **The Mainichi**, 2017. Disponível em: <<https://mainichi.jp/english/articles/20170310/p2a/00m/0na/007000c>>. Último acesso em: 28 de março de 2018.

ENTRE INCONFIDÊNCIAS E PEDALADAS: OS *IMPEACHMENTS* DE PARK GEUN-HYE E DILMA ROUSSEFF*Mariana Harouche Fontes**Thayane Queiroz Santos de Jesus*

A deposição da primeira presidenta eleita democraticamente no país, o paralelo sufocamento de empresas nacionais estratégicas, acompanhados da agitação popular favorável ao *impeachment* fomentada pela mídia corporativa, em um processo todo salpicado por um discurso sexista, representam satisfatoriamente não só o Brasil do turbulento ano de 2016, como também a longínqua Coreia do Sul entre os anos de 2016 e 2017. Os casos de afastamento da ex-presidenta brasileira Dilma Rousseff e de sua homóloga sul-coreana, Park Geun-hye, não obstante suas particularidades jurídicas, guardam notáveis semelhanças e importantes desdobramentos, os quais trataremos de evidenciar nas linhas que seguem.

O episódio brasileiro se inaugura com a reeleição de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), para a Presidência da República, nas acirradas eleições de 2014. A perseguição sistemática à Rousseff pela oposição insatisfeita com a perda eleitoral, culmina, por fim, em seu afastamento definitivo em agosto de 2016, pelo Senado Federal brasileiro, em audiência chefiada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. O processo de *impeachment* da então presidenta se valeu da acusação de que Rousseff teria infringido a Lei de Responsabilidade Fiscal, “ao atrasar o repasse de recursos para bancos públicos e utilizar tal verba no Orçamento sem autorização do Congresso Nacional [...]” (GUERRA *et al*, 2017, p. 128); bem como a Lei Orçamentária Anual, quando da edição de seis decretos de suplementação orçamentária sem o prévio endosso do Congresso (GOMES, 2016).

A primeira das acusações contra Rousseff diz respeito às manobras contábeis denominadas “pedaladas fiscais”, comumente praticadas em gestões anteriores sem o caráter de “crime de responsabilidade” atribuído ao governo Dilma e medular à formalização do *impeachment* (CORTEZ, 2015). No entanto, o mesmo Congresso Nacional que impugna o mandato de Rousseff em razão das “pedaladas fiscais”, trata de torná-las legítimas dois dias após o afastamento da mandatária, através da Lei n. 13.332/16 (JORNAL DO BRASIL, 2016). Tal episódio vem a consagrar a tese de que, sob o manto da manutenção dos ritos legais, um neogolpe jurídico-parlamentar se desenrolava no Brasil com base em distorções deliberadas e interpretações casuísticas da lei (MONTEIRO, 2018), contando com o respaldo da elite e da mídia hegemônica cujo programa político fora derrotado nas urnas.

No caso de Park Geun-hye, a ex-presidenta foi democraticamente eleita em 2012, afiliada ao *Grand National Party* (GNP) ou *Seanuri*, atual *Liberty Korea Party*. Assim como Rousseff, tornou-se a primeira chefe de Estado mulher da Coreia do Sul, superando o cotado Moon Jae-in, atual presidente. Ganhou notoriedade principalmente entre os setores mais conservadores por ser filha de Park Chung-hee, ditador militar precursor do projeto de desenvolvimento nacional coreano entre 1960 e 1970, criado aos moldes dos *keiretsu* japoneses após a Segunda Guerra Mundial (BBC, 2018).

O declínio de sua influência começa a se instalar quando a mídia coreana reorienta suas manchetes, paulatinamente, para o crescimento econômico abaixo do esperado, devido às baixas exportações com a China. Em 2016, uma série de especulações acerca de Park foram vazadas na imprensa, e, em 10 de março de 2017, a Assembleia Nacional delibera sobre as denúncias de crimes de responsabilidade homologados ante a Corte Central Coreana. Os pressupostos do *impeachment* consistiram: a) no vazamento de documentos e informações confidenciais do governo à sua conselheira pessoal Choi Soon-sil, conferindo-a fundações² independentes em seu nome; b) na negligência no auxílio da população afetada pelo naufrágio da barca de Sewol, em 2014; e c) na violação da lei de liberdade de expressão, ao demitir o diretor executivo do jornal coreano *Segye Ilbo* (LIM, 2017). Apenas o primeiro foi legitimado pela corte e a ex-presidente foi formalmente removida do seu cargo em março de 2018.

O discurso sexista é o elemento mais visível que permeia os dois casos, no primeiro momento. O gênero foi instrumentalizado para minorizar a competência política de Rousseff e Park, mobilizando o rechaço às duas ex-presidentas no exercício de seus cargos. No caso brasileiro, a mídia corporativa e hegemônica teve um papel central na difusão de representações acerca de Dilma Rousseff que, para além de endossar um posicionamento político-partidário favorável ao golpe, naturalizaram e reproduziram assimetrias de gênero. A exemplo das duas revistas semanais de maior circulação nacional (IstoÉ e Veja), à ex-presidenta se atribuía um comportamento alheio à “normalidade”, marcado por desvarios, acessos de raiva, grosseria e descontrole emocional (RECHETNICOU; VIEIRA, 2017).

Assim, Dilma Rousseff é desqualificada como pessoa e como chefe do Estado brasileiro, na esteira de uma visão machista e arraigada segundo a qual a arena pública e sua racionalidade não cabem às mulheres. O misógino bordão “tchau, querida!”, que se alastra nas redes sociais e é vociferado contra Rousseff por alguns parlamentares, atesta um Congresso Nacional que

² As fundações concedidas a Choi foram a *Mir* e a *K-sports*, corporações independentes e sem fins lucrativos com o propósito de difundir a cultura coreana. As transações monetárias destinadas a ambas foram posteriormente categorizadas na Corte Central Coreana como propina (JUNG, 2016).

espelha o machismo vigente na sociedade brasileira: a participação feminina nessa instância é ínfima e constrangedora, inferior a 10% das cadeiras totais, ainda que as mulheres somem mais que a metade do eleitorado nacional (BRASÍLIA, 2018)³.

Já a eleição de Park em 2012 representara, a princípio, um novo olhar da Coreia do Sul sobre as lideranças femininas, apesar das políticas da ex-presidenta terem sido tímidas no que tange à igualdade de gênero. Uma grande parcela da população coreana é altamente conservadora e suas estruturas sociais são dominadas pelo tradicionalismo confucionista, que influencia diretamente no comportamento social e na divisão dos papéis de gênero no espectro asiático (LOPES, 2017). Quando a crise política teve início, uma série de manifestações sexistas tomaram conta do país. Assim como no caso de Rousseff, injúrias sexuais e discursos misóginos se tornaram presentes nas coalizões antagônicas ao governo. Comparações depreciativas feitas com Park e críticas ao seu status de relacionamento reforçam a ideia de que a mulher é incapaz de governar sem estar sob a égide masculina (OCK, 2016).

Há, entretanto, um outro fator que os *impeachments* brasileiro e sul-coreano alimentam em comum, mais abaixo da epiderme discursivo-sexista que de início os interconecta, qual seja: o sufocamento de grandes empresas nacionais em paralelo aos afastamentos das duas presidentas (PINTO, 2017). No Brasil, o golpe desferido contra Rousseff atingiu as bases do Estado e uma de suas facetas se revela no desmonte da capacidade da estatal Petrobras em atuar como indutora primordial da economia do país (GEBRIM, 2017). A petroleira, uma das maiores do mundo, foi então sacudida com as investigações da Operação Lava-Jato, iniciadas em 2014 – as quais trazem à luz uma rede de subornos operante dentro da empresa, com a queda radical do preço internacional do petróleo, entre 2014 e 2015, e a instabilidade do cenário político interno (MARTÍN, 2017).

Instalado após a destituição de Rousseff, o governo de Michel Temer aproveita-se do contexto de crise para derruir a companhia, inclusive incumbindo sua direção a Pedro Parente, nome intimamente ligado à agenda privatizante da Petrobras na era FHC. O novo governo, a fim de atrair o capital internacional, a passos rápidos, retira a exclusividade da estatal na exploração dos campos de pré-sal, promove a venda de seus ativos e flexibiliza as regras que, outrora, exigiam de empresas estrangeiras a contratação de um mínimo de serviços e produtos brasileiros na operação dos poços de petróleo. A retórica do endividamento da Petrobras, assim, torna-se servil a um projeto que põe fim a uma gestão estratégica da companhia, subordinada

³ Outro feito simbólico que desvela o machismo inerente ao golpe brasileiro de 2016 e o desconforto com o protagonismo feminino na política foi o anúncio do ministério de Michel Temer, no exato dia do afastamento provisório de Rousseff, elencando vinte e dois homens brancos para compor integralmente sua equipe ministerial.

aos interesses do Estado brasileiro e cara às suas diretrizes industrial e energética, para a instalação de uma administração de lógica empresarial que prima tão somente o lucro dos acionistas (MARTÍN, 2017).

Na Coreia do Sul, o herdeiro de um dos maiores conglomerados nacionais e ex-diretor executivo da *Samsung*, Lee Jae-yong, foi sentenciado a cinco anos de prisão por acusações de tráfico de influência e de corrupção, em 2017. Dentre elas, destacam-se doações informais concedidas através da *Samsung* às fundações no controle de Soon-sil (CHOE, 2017), amiga confidencial da ex-presidenta Park. Em comunicado oficial, a Federação das Empresas Sul-coreanas expressa sua preocupação com relação à ausência de uma liderança no conglomerado empresarial, condição que pode implicar em óbices à economia nacional e na difusão de um clima de incertezas entre o empresariado sul-coreano (RTP, 2017).

A *Samsung* é peça-chave na estratégia nacional-coreana, na medida em que, para além de representar 20% da economia do país, o grupo exerce liderança de competitividade no mercado internacional relativo às “tecnologias de sensoriamento, processamento e comunicação” (PINTO, 2017). A família Lee, ademais, desenvolve projetos de fabricação de navios, construção civil, indústria petroquímica, entre outros de igual relevância (Idem, 2017). Com seu líder detido, a maior fabricante mundial de *smartphones* terá de suspender temporariamente seus “planos de investimento e outras decisões relevantes que só podem ser autorizadas pelo próprio Lee” (EURONEWS, 2017).

Para Marco Aurélio Pinto (2017), os laços estreitos entre o conglomerado privado e o Estado sul-coreano resultam em um projeto de país que rivaliza com os interesses financeiros internacionais desde a década de 1990. Em meados de 1997, quando ocorreu a crise financeira que se alastrou através dos tigres asiáticos (COSTA, 2015), iniciaram-se conflitos entre os banqueiros, o capital internacional e o projeto nacional coreano. Esses embates perduraram até o atual momento, e sua radicalização, segundo Pinto (2017), levou a uma conjuntura de crise na Coreia do Sul muito similar à contemporânea brasileira. Em ambos os países se aplica um golpe parlamentar contra representantes democraticamente eleitas, desconstrói-se o sucesso empresarial da principal companhia nacional e se instala uma crise política com desdobramentos fundamentais sobre a trajetória de crescimento econômico do país (PINTO, 2017), processo esse associado também à atuação parcial dos meios midiáticos locais motivados por fatores econômicos e externos.

No caso da *Samsung*, tendo em vista que o lucro dos últimos anos não atingiu os patamares esperados, investidores e acionistas, insatisfeitos, inflaram a atmosfera anti

desenvolvimentista, pressionando o abandono de projetos da empresa atinentes ao setor bélico (“ações menos rentáveis”) e se opondo à expansão do domínio da família Lee na condução dos negócios. Para tanto, os mesmos atores se articularam ao jornalismo empresarial e ao judiciário no processo de monitoramento das acusações de Park, Lee e Choi (Idem, 2017). Dessa feita, é possível admitir uma evidente concentração de esforços por parte do jornalismo corporativo em direcionar seus holofotes para as acusações que fomentaram o *impeachment* sul coreano e o enfraquecimento da *Samsung*; assim como testemunha o caso do Brasil, com o afastamento de Rousseff e os ataques à Petrobras.

Esse direcionamento midiático torna-se patente na campanha a favor da eleição do atual presidente, autodeclarado liberal, Moon Jae-in, e no respaldo positivo do mercado internacional quanto aos pareceres pró *impeachment*, por meio das avaliações favoráveis das agências de risco (SPUTNIK, 2017). Moon segue uma agenda nacional de reformas no funcionamento dos conglomerados locais, caminhando para uma desconcentração de poder entre as elites intimamente ligadas ao governo. Nesse aspecto, destacam-se as políticas de incentivos fiscais aplicadas à iniciativa privada, com o fito de estimular as empresas independentes e a concorrência de mercado.

Contudo, urge destacar que apesar das políticas econômicas de Jae-in contrastarem com as de Park, existem grandes discrepâncias entre seu programa e as políticas de Temer no Brasil. Há uma evidente preocupação com a reforma da arrecadação centrada na melhoria do estado de bem-estar sul-coreano, através do aumento na tributação das elites. Os projetos econômicos atuais visam aumentar a renda familiar, a segurança social dos trabalhadores e os pequenos negócios (SCHUMAN, 2017). De forma oposta, no Brasil o papel do Estado como ente promotor do desenvolvimento mostra-se sob forte ataque.

No seio das mudanças oportunizadas pelo *impeachment* brasileiro estão medidas de cunho profundamente neoliberal que vão do estabelecimento de um teto dos gastos públicos pelas próximas duas décadas, blindando o desenvolvimento socioeconômico do país (GEBRIM, 2017), a 75 projetos de privatização previstos para 2018 (MARCHESAN, 2018), perpassando a flexibilização da lei trabalhista e propostas congêneres em torno da Previdência Social. Após o golpe perpetrado contra Rousseff, não só a Petrobras sai enfraquecida, mas também outros eixos-mestres e soberanos da política nacional nas esferas da economia, da segurança nacional e da política externa. O Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), por exemplo, é comprometido com a devolução de grande quantia de verba ao Tesouro

Nacional, imposta por Temer, assim como o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) sofre atrasos e desacelera com a crise econômica (GEBRIM, 2017).

A partir do exposto, concluímos que a análise comparativa dos acontecimentos políticos recentes do Brasil e da Coreia do Sul representa um esforço fértil, capaz de aproximar países tão distantes e distintos culturalmente onde se testemunha o afastamento, por vias parlamentares, da primeira figura feminina a alçar à presidência da república. Apesar das diferenças processuais entre os dois *impeachments*, há relevantes semelhanças entre esses – não limitadas às retóricas sexistas que minam o prestígio de Rousseff e Park –, como o empenho protagonístico dos meios midiáticos no processo de destituição presidencial. A partir das experiências compartilhadas ante a *Samsung* e a Petrobras, torna-se evidente o sufocamento das maiores empresas nacionais e estratégicas desses países, subsequente ao *impeachment*. É notável, por fim, a inclinação das políticas atuais para um viés liberal, esse mais brando na Coreia de Moon Jae-in – onde se propõe reformulações no funcionamento das *chaebols* em suas estruturas –, mas que se radicaliza no Brasil na gestão de Michel Temer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Após impeachment, Senado transforma pedaladas fiscais em lei. **Jornal do Brasil**, 2016. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2016/09/02/apos-impeachment-senado-transforma-pedaladas-fiscais-em-lei/>>. Último acesso em: 20 de abril de 2018.

BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. **A mulher na Câmara dos Deputados**, 2018. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/temas-antiores-desativados-sem-texto-da-consultoria/mulheresnparlamento/bancada-feminina>>. Último acesso em: 20 de abril de 2018.

CORTEZ, Ana Carolina. Dilma nas mãos da oposição: pedalada fiscal é motivo para impeachment? **El País**, 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/04/politica/1449265896_787658.html>. Último acesso em: 20 de abril de 2018.

COSTA, Camilla. **A Importância Estratégica dos Chaebols no Desenvolvimento da Coreia do Sul**. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Relações Internacionais. Santa Catarina: Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), 2015, p. 6-8. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Camilla%20Rezende%20da%20Costa.pdf>>. Último acesso em: 23 de abril de 2018.

CHOE, Sang-Hun. Samsung's Leader Is Indicted on Bribery Charges. **The New York Times**, 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/02/28/world/asia/lee-jae-yong-samsung.html>>. Último acesso em: 20 de abril de 2018.

Detenção do líder da Samsung faz soar alarmes no mundo dos negócios. **Euronews**, 2017. Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2017/02/17/detencao-do-lider-da-samsung-faz-soar-alarmes-no-mundo-dos-negocios>>. Último acesso em: 20 de abril de 2018.

Empresas sul-coreanas alertam para impacto da prisão do herdeiro da Samsung. **RTP Notícias**, 2017. Disponível em: <https://www.rtp.pt/noticias/mundo/empresas-sul-coreanas-alertam-para-impacto-da-prisao-do-herdeiro-da-samsung_n983555>. Último acesso em: 20 de abril de 2018.

GEBRIM, Ricardo. Golpe e Destruição do Estado. **América Latina en Movimiento (ALAI)**, 2017. Disponível em: <<https://www.alainet.org/es/node/183419>>. Último acesso em: 20 de abril de 2018.

GOMES, Karina. Quais são as acusações contra Dilma?. **Deutsche Welle**, 2016. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/quais-s%C3%A3o-as-acusa%C3%A7%C3%B5es-contradilma/a-19249899>>. Último acesso em: 20 de abril de 2018.

GUERRA, Alexandre; DE OLIVEIRA, Ana Luíza Matos; MELLO, Guilherme Santos; ROCHA, Igor; JAKOBSEN, Kjeld Aagaard; VITAGLIANO, Luís Fernando; TOLEDO, Matheus Tancredo; RIBEIRO, Pedro Simon Camarão Telles; SILVA, Ronnie Aldrin; SILVA, Rose; BOKANY, Vilma Luiza; NOZAKI, William. Relato dos Fatos e Tramas da Derrubada da Presidenta Dilma Rousseff. In: GUERRA, Alexandre *et al* (Org.). Recessão e Golpe. **Fundação Perseu Abramo**, 2017. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Recessao-Golpe-web.pdf#page=128>>. Último acesso em: 20 de abril de 2018.

JUNG, Min-ho. Prosecutors raid Mir, K-Sports foundations. **The Korea Times**, 2016. Disponível em: <http://www.koreatimes.co.kr/www/news/nation/2016/10/116_216892.html>. Último acesso em: 30 de abril de 2018.

LIM, Hyun-Soo. A Closer Look at the Korean Constitutional Court's Ruling on Park Geun-hye's Impeachment. **Yale Journal of International Law**, 2017. Disponível em: <<http://www.yjil.yale.edu/a-closer-look-at-the-korean-constitutional-courts-ruling-on-park-geun-hyes-impeachment/>>. Último acesso em: 20 de abril de 2018.

LOPES, Dawisson. South Korea and Brazil Rejected Their Female Leaders. **The Diplomat**, 2017. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2017/07/south-korea-and-brazil-rejected-their-female-leaders/>>. Último acesso: 22 de abril de 2018.

MARCHESAN, Ricardo. Eletrobras, Casa da Moeda, Aeroportos: 75 privatizações previstas para 2018. **UOL Notícias**, 2018. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/01/13/pacote-privatizacoes-2018.htm>>. Último acesso em: 20 de abril de 2018.

MARTÍN, María. Pós-Lava Jato, a Petrobras fica cada vez mais enxuta e menos estatal. **El País**, 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/04/economia/1501865060_627627.html>. Último acesso em: 20 de abril de 2018.

MONTEIRO, Leonardo. Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 49, n. 1, 2018, p. 55-97. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/revciensio/article/view/11747/71767>>. Último acesso em: 20 de abril de 2018.

OCK, Hyun-ju. Anger at Park brings out misogyny, sexism. **The Korea Herald**, 2016. Disponível em: <<http://www.koreaherald.com/view.php?ud=20161123000760>>. Último acesso em: 22 de abril de 2018.

Park Geun-hye: South Korea's first female president. **BBC**, 2018. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-20787271>>. Último acesso em: 20 de abril de 2018.

PINTO, Marco Aurélio Cabral. Golpe parlamentar e sufocamento de empresas nacionais: o caso da Coreia do Sul. **Brasil Debate**, 2017. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/golpe-parlamentar-e-sufocamento-de-empresas-nacionais-o-caso-da-coreia-do-sul/>>. Último acesso em: 21 de abril de 2018.

Quem é Moon Jae-in, o novo Presidente da Coreia do Sul?. **Sputnik**, 2017. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/asia_oceania/201705098350432-Moonjaein-presidente-eleicao-coreiadosul-park-corrupcao/>. Último acesso em: 24 de abril de 2018.

RECHETNICOU, Amanda; VIEIRA, Viviane. Gênero, Política e Mídia: uma Análise da Representação e Identificação de Dilma Rousseff em Reportagens do ano de 2016. In: 13th Women's Worlds & Fazendo Gênero 11, 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds**. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499469605_ARQUIVO_Artigo_AmandaRechetnicou_VivianeVieira.pdf>. Último acesso em: 20 de abril de 2018.

SCHUMAN, Michael. Can South Korea Save Liberalism?. **Bloomberg**, 2017. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/view/articles/2017-09-25/south-korea-tries-to-rescue-economic-liberalism>>. Último acesso em: 25 de abril de 2018.

DIPLOMACIA NORTE COREANA SOB O PRISMA DO *JUCHE* E DA POLÍTICA

SONGUN

Marcelo Santos Ribeiro

Pedro Allemand Mancebo Silva

As relações entre a Coreia do Norte (RPDC) e os Estados Unidos da América se acirrou ao longo de 2017, quando o governo norte coreano fez testes de mísseis balísticos nos meses de março e julho. A partir desses acontecimentos, o presidente norte-americano Donald Trump ameaçou, em setembro, iniciar uma guerra total com a Coreia do Norte, chegando até a se referir ao líder norte coreano como “homem foguete” (NAKAMURA; GEARAN, 2017). Kim Jong-un, em resposta, redigiu uma carta, na qual questionava a forma como o presidente americano se portava diante do maior palco diplomático, a ONU, ameaçando a total destruição de um Estado soberano. Por fim, Kim Jong-un se mostrou disposto a responder à ameaça americana de forma beligerante também (PERLEZ, 2018).

No entanto, uma nova dinâmica se estabeleceu entre Washington e Pyongyang quando o governo norte coreano propôs um encontro entre os líderes dos dois países, em maio de 2018. Esse convite foi feito através de representantes do governo sul coreano e resultou em uma resposta positiva ao convite por parte dos americanos, com a data e local ainda a serem definidos. Esse seria o primeiro encontro oficial entre os líderes dos Estados Unidos e da Coreia do Norte na história. (THE GUARDIAN, 2018)

O mês de março foi marcado pelas movimentações diplomáticas à luz do futuro encontro entre os dois líderes. No dia 21, houve um encontro na Finlândia entre representantes dos dois Estados, tendo as conversas se desenrolado em tom considerado construtivo, segundo presentes. No entanto, não houve a discussão sobre a desnuclearização da península coreana nesse momento (JOHNSON; ROSENDAHL, 2018).

Já entre os dias 21 e 25, o presidente Kim Jong-un fez uma visita oficial à China para se encontrar com Xi Jinping. O fato causou uma surpresa geral, visto que essa seria a primeira visita do líder norte coreano desde 2011, e foi planejada de forma sigilosa, levantando questionamentos na região sobre o que foi discutido. De forma oficial, foi relatado que os dois líderes debateram questões referentes às relações entre os dois países, suas respectivas políticas internas e a manutenção da paz e da estabilidade na península coreana, além de alinhar determinados posicionamentos. Por fim, Xi aceitou o convite de visita a Pyongyang para uma continuação das conversas (CHANNEL NEWS ASIA, 2018).

Em relação às duas Coreias, há uma movimentação para o estabelecimento de uma linha telefônica direta entre Kim Jong-un e Moon Jae-in. Os presidentes se encontrarão no dia 27 de abril, no vilarejo de Panmunjom, na zona desmilitarizada entre os dois países. A ideia é discutir sobre a paz na península e a possibilidade de promover um novo encontro de famílias separadas desde a Guerra da Coreia. O Japão também demonstrou seu interesse em estabelecer conversas futuras, e a Rússia cogita convidar Kim Jong-un a realizar uma visita a Moscou (CGTN, 2018).

A perspectiva para as próximas semanas é que novas conversas ocorram, e que o diálogo avance no sentido da desnuclearização da península coreana. Sob uma perspectiva norte coreana, seria interessante aliviar as sanções provenientes dos demais países, que acabam minando o crescimento econômico do país, e rever a questão do armamento empregado para a defesa da Coreia do Sul, que possui o suporte militar dos Estados Unidos (CARLIN, 2018).

Para entender a perspectiva norte coreana, se faz necessário realizar uma análise das bases ideológicas do regime, bem como de seus principais desafios. A política externa norte coreana evoluiu *pari passu* a sua política interna, que se baseia no conceito *Juche*, que do coreano pode ser traduzido como autossuficiência, como pode ser visto no trecho abaixo:

“A palavra ‘juche’ é comum na língua coreana e é utilizada em uma variedade de contextos. Significa simplesmente ‘autossuficiência’, ‘autonomia’, ‘não interferência de outros’ e ‘independência’. Mas, quando Kim Il-sung usou o conceito nos anos 1950, ou até mesmo antes, seu significado passou a carregar a conotação política de ‘soberania’ ou de independência do envolvimento estrangeiro” (PARK, p. 91-92, 2010, tradução dos autores).

No entanto, dadas as dificuldades presenciadas no contexto internacional, o *Juche* passou a ser aplicado na política externa, ou seja, a Coreia do Norte deverá se portar como um país autossuficiente, bem como buscar as ferramentas necessárias a essa autossuficiência, e isso teve reflexos na sua tradição diplomática e mesmo no desenvolvimento de seu programa nuclear. Essa é a principal objetivo para o regime, visto que, entrar no seleto grupo de países que possuem armamentos nucleares, coloca a Coreia do Norte em outro patamar nas negociações envolvendo as demais potências (PARK, 2010).

Dois fatores contribuíram para a transposição do *Juche* para a política externa. O primeiro é o aumento percebido (pela RPDC) da ameaça proveniente do imperialismo norte americano, sendo a Coreia do Sul uma manifestação regional disso. Já o segundo teria sido o fim do bloco soviético e a transição para o sistema capitalista por parte de seus componentes, reduzindo a quantidade de países que apoiavam o regime norte coreano por meio de parcerias econômicas e militares. Dessa forma, a saída encontrada pela diplomacia norte coreana foi aplicar a sua ideologia de autossuficiência perante os demais atores do Sistema Internacional,

ou seja, construindo um aparato de poder que permita um posicionamento firme e que não seja vulnerável à coerção de outras potências, exercendo de fato sua soberania (PARK, 2010).

O fato do principal desafio da política externa norte coreana ser baseada na ameaça e nas barreiras impostas pelos Estados Unidos e seus aliados, implica que seu principal objetivo seria balancear essa questão trazendo a China e a Rússia para o debate. Nesse sentido, o encontro realizado com Xi Jinping e a possibilidade de encontro com Putin são movimentações da diplomacia norte coreana com o intuito de estreitar ainda mais a relação entre os países e deixar as negociações mais favoráveis para a Coreia do Norte, uma vez que, de algum modo, terá de ser feita alguma cessão por parte dos Estados Unidos.

Enquanto a ideologia *Juche* caracterizou o governo de Kim Il-sung, seu filho e sucessor se utilizou dos princípios dela para teorizar e implementar a política *Songun*. A busca pela autossuficiência e liberdade de ação do estado norte coreano conjugou-se com a percepção de um aumento da ameaça imperialista após os anos 1990 e resultou em uma política de privilégio ao exército norte coreano em termos institucionais, colocados pela constituição norte coreana de 1998 (PARK, 2010), como forma de realizar determinados objetivos estratégicos. De forma sintética, pode-se dizer que dentro dessa ideia, as forças militares são encaradas como provedoras e solucionadoras das demandas do povo, assim como a instância de onde emana a legitimidade e a força do regime. Vale notar que a política *Songun* é tratada oficialmente como um desdobramento “natural” da ideologia *Juche*, mas ela também pode ser interpretada como uma resposta às mudanças do cenário internacional a partir dos anos 1990, com os quais o governo de Kim Jong-il buscava lidar. Essa manobra ideológica se faz possível ao vincular a postura de autossuficiência soberana idealizada no *Juche* com a defesa contra as ameaças externas, bem como por meio da relação entre os militares e o Partido dos Trabalhadores da Coreia na condução dos assuntos de Estado (Idem, 2010).

Com a chegada ao poder de Kim Jong-un, ambas as políticas, *Juche* e *Songun*, passam a conviver, articulando os objetivos de desenvolvimento econômico e autossuficiência com o fortalecimento do aparato militar do Estado por meio da centralidade a ele atribuída na estrutura de governança. O objetivo, aqui, é justamente construir uma posição que dê à Coreia do Norte poder de barganha e liberdade de ação em sua política externa. Além disso, essa abordagem diplomática também traz elementos de pragmatismo no trato dos desafios enfrentados pelo pequeno Estado asiático. Isso se materializa nas reuniões com a Coreia do Sul, bem como na visita à China, o que permite uma releitura dos diversos movimentos da Coreia do Norte no cenário internacional – em especial a recente aposta no desenvolvimento de um programa

nuclear e das capacidades militares relacionadas ao uso de armamento nuclear –, assim como permite compreender a atuação diplomática recente de Kim Jong-un.

O desenvolvimento de um programa nuclear traz consigo diversas capacidades associadas, como a de enriquecer os materiais nucleares e, com isso, produzir o combustível necessário para a produção de energia, assim como para produzir armamento nuclear. Por essa característica, um programa nuclear é de extrema importância para o estado e para a projeção internacional da Coreia do Norte. Atingida a capacidade de enriquecimento dos materiais, há o problema do desenvolvimento do vetor – dos mísseis e outros meios responsáveis pelo ataque nuclear propriamente dito. O desenvolvimento desse tipo de armamento, por sua vez, funciona também como elemento de dissuasão, diminuindo as chances de que outros atores tomem medidas visando desestabilizar a RPDC ou mesmo a península como um todo, além de aumentar as chances de que esses busquem soluções negociadas para os problemas percebidos.

Por fim, as recentes movimentações diplomáticas da Coreia do Norte, tais como o encontro com Xi Jinping, as discussões na Finlândia e o futuro encontro entre Kim Jong-un e Donald Trump, reafirmam a linha de política externa independente norte coreana, orientada pela articulação dos conceitos *Juche* e *Songun*. Em retrospecto, é possível situar o programa nuclear norte-coreano dentro do quadro desta estratégia, como um mecanismo para consolidar uma posição menos vulnerável para a Coreia do Norte nas futuras negociações e uma inserção nos debates relativos ao futuro da Península Coreana por meio de seu braço militar. Logo, a aproximação com a China e Rússia *vis a vis* o imperialismo norte americano complementa tal posição e busca tornar o cenário de negociações mais favorável ao avanço dos interesses do regime, permitindo, por exemplo, a renegociação das sanções. Do ponto de vista diplomático, a Coreia do Norte soube se utilizar dos poucos recursos a sua disposição para navegar os interesses de outros atores na região e construir um ambiente favorável para si.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLIN, Robert. What North Korea Is Really Saying (And Not Saying) About Denuclearization. **The Diplomat**, 2018. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2018/04/what-north-korea-is-really-saying-and-not-saying-about-denuclearization/>>. Último acesso em: 07 de abril de 2018.

DPRK, ROK hold talks on establishing telephone hotline between leaders. **CGTN**, 2018. Disponível em: <https://news.cgtn.com/news/7755444f326b7a6333566d54/share_p.html>. Último acesso em: 07 de abril de 2018.

North Korean leader Kim and Chinese President Xi held talks: Xinhua. **Channel News Asia**, 2018. Disponível em: <<https://www.channelnewsasia.com/news/asia/north-korean-leader-kim-and-chinese-president-xi-held-talks-10081872>>. Último acesso em: 07 de abril de 2018.

COREIA DO NORTE. Songun politics and the peace on the korean peninsula. Foreign Languages Publishing House. Pyongyang, 2008. Disponível em: <<https://cepsongunbr.wordpress.com/pdfs/>>. Último acesso em: 07 de abril de 2018.

JOHNSON, Simon; ROSENDAHL, Jussi. North Korean, South Korean, U.S. delegates had constructive meeting, host Finland says. **Reuters**, 2018. Disponível em: <<https://uk.reuters.com/article/uk-northkorea-missiles-finland/north-korean-south-korean-u-s-delegates-had-constructive-meeting-host-finland-says-idUKKBN1GX12Z>>. Último acesso em: 07 de abril de 2018.

NAKAMURA, David; GEARAN, Anne. In U.N. speech, Trump threatens to 'totally destroy North Korea' and calls Kim Jong Un 'Rocket Man' **The Washington Post**, 2017. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/post-politics/wp/2017/09/19/in-u-n-speech-trump-warns-that-the-world-faces-great-peril-from-rogue-regimes-in-north-korea-iran/?utm_term=.e0efafd752fe>. Último acesso em: 07 de abril de 2018.

PARK, Kyung-Ae. New challenges of North Korean Foreign Policy. Columbia: Palgrave Mcmillan, 2010, p. 89-112.

PERLEZ, Jane. Kim Jong-Un's China Visit Strengthens His Hand in Nuclear Talks. **The New York Times**, 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/03/28/world/asia/china-kim-north-korea-visit.html>>. Último acesso em: 07 de abril de 2018.

South Korea and White House on talks with North: full transcript. **The Guardian**, 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/mar/09/south-korea-white-house-talks-north-full-transcript>>. Último acesso em: 07 de abril de 2018.

O NOVO TRATADO SOBRE AS FRONTEIRAS DO MAR DO TIMOR: SOLUÇÃO DEFINITIVA PARA TODOS OU FONTE DE NOVOS LITÍGIOS?

Sabrina Rodrigues Pacheco

A assinatura do tratado que demarca uma nova fronteira marítima entre Austrália e Timor-Leste, no dia 6 de março de 2018, em Nova Iorque, põe fim a uma longa disputa territorial que se arrasta há 45 anos. O novo acordo estende os limites marítimos do Timor-Leste até o ponto equidistante com a Austrália, abrangendo um território repleto de reservas de petróleo e gás. A posição inicial da Austrália, de uma divisão que concedesse a si mesma quatro quintos da distância do território marítimo entre os dois países, se baseava num antigo acordo firmado com a Indonésia. A indefinição da linha confrontante à costa do então Timor Português, no entanto, se converteu em motivo de disputa desde o início. Se por um lado o tratado firmado recentemente traz concórdia às relações entre Timor-Leste e Austrália, por outro ele levanta questões sobre possíveis demandas por parte da Indonésia de também revisar os termos de seus acordos fronteiriços com o vizinho do sul.

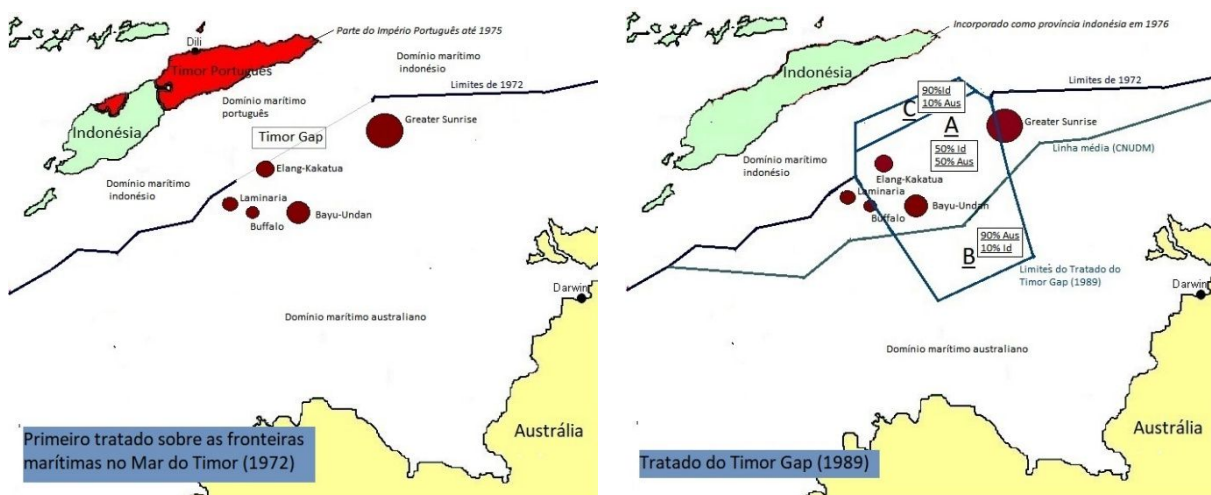
Segundo Coutinho e Gala (2015, p. 434), os primeiros esforços para a definição dos limites soberanos no Mar do Timor datam de 1972, quando Austrália e Indonésia concordaram que as plataformas continentais representavam a fronteira natural entre os dois países, servindo, portanto, para definir também os contornos da jurisdição de cada um. Tendo em vista que a plataforma continental australiana se estende muito além da costa que a contraparte indonésia, o acordo resultou numa divisão bastante favorável à Austrália, que garantiu a soberania sobre 80% das águas que divide com a ilha de Timor. Contudo, Portugal (que na época ainda administrava a porção oriental de Timor) se recusou a participar das negociações, por considerar que a partição deveria se dar sob os auspícios da nova Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), a qual só viria a ser concluída em 1982.

O fim do Império Português, em 1975, e a anexação indonésia do Timor-Leste no ano seguinte removeram Portugal como Estado parte nas negociações. Entretanto, a fronteira marítima entre a Austrália e a recém-designada província indonésia do Timor-Leste permaneceu sem definição formal, representando uma descontinuidade do tratado de 1972 conhecida como Timor Gap. Na prática, essa lacuna possibilitou que a Austrália estendesse sua exploração de recursos energéticos para as proximidades da costa timorense.

Em 1989, Austrália e Indonésia assinaram o tratado do Timor Gap. Esse tratado nasceu das demandas indonésias de uma divisão que lhe garantisse uma extensão de território marítimo maior que aquela proposta pela Austrália. Zainudin *et al* (2014, p. 4) expõem que a essa altura

os indonésios haviam se dado conta das concessões excessivas feitas à Austrália ao aceitarem os limites definidos pela plataforma continental, e também o direito internacional mudara seu alinhamento em favor da linha média como referência para a definição da divisa marítima entre dois países vizinhos, conforme o artigo 15 da CNUDM (ONU, 1982). Ao final das negociações, os dois países concordaram em uma solução que combinava as duas propostas: a linha média demarcava o domínio da Austrália (50%), onde a zona B teria participação minoritária de 10% da Indonésia; a plataforma continental de Timor definia a soberania indonésia (20%), onde uma zona C teria participação minoritária de 10% da Austrália; e a zona intermediária A seria uma área de exploração conjunta com repartição igual das receitas entre os dois países (DFAT, 2017).

Figuras 3 e 4 – Fronteiras marítimas no Mar do Timor: 1972-1998



Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de Coutinho e Gala (2015); DFAT (2017); La'o Hamutuk (2008); Scheiner (2018); Zainudin *et al* (2014).

O tratado do Timor Gap diminuía a desvantagem indonésia na exploração da lacuna deixada após a anexação do Timor Leste pela Indonésia, mas ainda assim não representava uma divisão equânime do Mar do Timor. Portugal, ainda nesta época reconhecido pelas Nações Unidas como administração legítima do Timor-Leste, questionou a validade do tratado no Tribunal Internacional de Justiça, defendendo a adoção da linha média simples como fronteira marítima em nome do povo do Timor-Leste. Todavia, a corte acabou por não aceitar o caso, uma vez que seria “inevitavelmente necessário ao Tribunal determinar os direitos e obrigações da Indonésia, ou seja, emitir um juízo sobre a legitimidade da ocupação de Timor-Leste e, igualmente, sobre a validade do Tratado de 1989, tudo isto, sem o consentimento deste terceiro Estado” (FREITAS, 2017, p. 8). Adicionalmente, o eventual ganho de causa português engendraria o desafio de fazer a Indonésia cumprir o determinado pelo acórdão. O tratado do Timor Gap entrou em efeito em 1991 e vigorou até 1998, quando o Timor-Leste declarou sua secessão da Indonésia (Idem, 2017).

O fim do período de tutela da ONU e a obtenção da independência do Timor-Leste, em 2002, possibilitou que nesse mesmo ano o país assinasse um novo acordo com a Austrália sem o intermédio da Indonésia. O tratado do Mar do Timor mantinha as linhas do tratado do Timor Gap, mas apenas a porção intermediária conservou o estatuto de zona de exploração conjunta, na qual a participação do Timor-Leste nas receitas subia de 50% para 90% (DFAT, 2017). Coutinho e Gala (2015) ressaltam que a Austrália se antecipou à movimentação do Timor-Leste, invocando o artigo 298 da CNUDM (sob o qual cada país signatário pode se eximir da arbitragem ou adjudicação nos termos da convenção) dois meses antes da independência do Timor-Leste, oportunamente afastando a possibilidade de o litígio ser submetido ao julgamento de foro competente (como o Tribunal de Justiça Internacional, o Tribunal Internacional para o Direito do Mar e/ou o Tribunal Permanente de Arbitragem) e deixando a negociação bilateral como único meio de resolução.

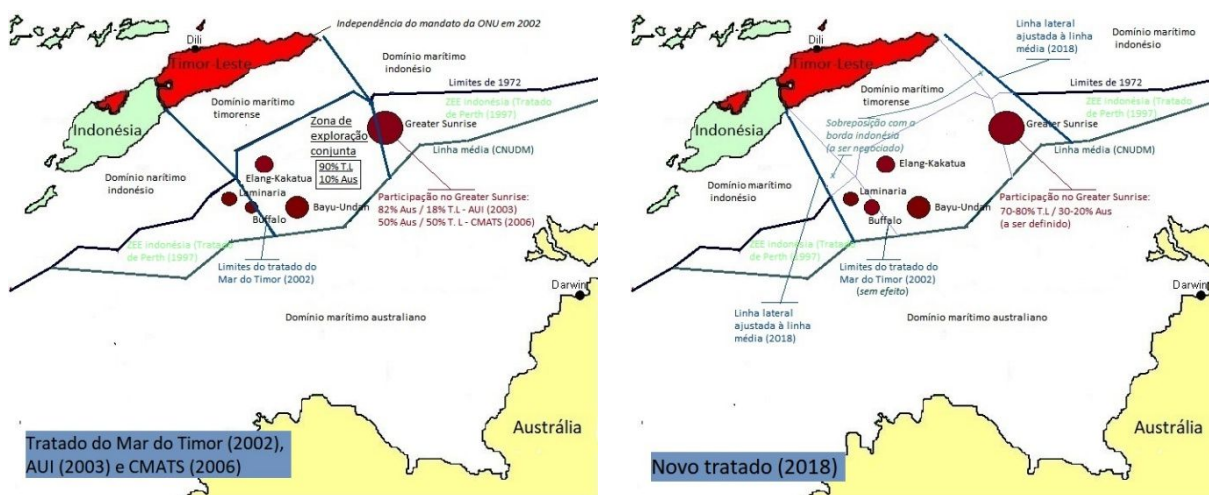
A existência de reservas de hidrocarbonetos na divisa oriental da zona de exploração conjunta com a Austrália (linha do tratado de 1972) tornava a complexidade dos acordos ainda maior. Existem vários campos de gás e petróleo na zona em litígio, o maior deles – Greater Sunrise – perpassa a antiga fronteira lateral leste, se situando em sua maior parte no que até recentemente eram águas australianas. O campo de Laminaria-Coralina, a oeste da zona compartilhada, também é disputado pelo Timor-Leste, mas suas reservas se encontram quase esgotadas. A reivindicação de Timor-Leste inclui, portanto, não apenas um território marítimo mais extenso, mas também mais largo, correspondendo à projeção de toda a costa timorense (SCHEINER, 2018, p. 3).

O tratado do Mar do Timor foi seguido por dois acordos provisionais dedicados à partição do campo de Greater Sunrise. O Acordo de Unitização Internacional de 2003 concedeu ao Timor-Leste o direito a 90% das receitas da extração do petróleo e gás da porção do campo situada na zona de exploração conjunta (20%); como resultado, o Timor-Leste ficou detentor de 18% da receita do campo como um todo. O Tratado sobre Certos Ajustes Marítimos no Mar de Timor (CMATS, da sigla em inglês), assinado em 2006, elevou a participação do Timor-Leste para 50% do Greater Sunrise. Contudo, e no que pese os ganhos obtidos pelo Timor-Leste, o CMATS também estendia em mais 50 anos a validade do tratado do Mar do Timor e deixava explícita que a área de exploração conjunta não estaria sujeita a reivindicações soberanas por nenhum estado parte do acordo, tampouco estabelecendo uma fronteira permanente (DFAT, 2017). O CMATS representou, portanto, um remendo final no tratado do Mar do Timor que formalizou a troca de concessões australianas em retorno da aquiescência do

Timor-Leste ante a continuada exploração de recursos energéticos por companhias Australianas ao norte da linha média até 2057. Até essa data prevê-se que todo o petróleo na área em litígio terá se exaurido por completo.

Em 2012, veio à tona a informação de que agentes do Serviço Secreto de Inteligência da Austrália (ASIS) instalaram dispositivos de escuta no gabinete do então primeiro-ministro timorense, Mari Alkatiri, durante uma reforma promovida por agentes de um projeto humanitário australiano no palácio do governo em Dili, em 2004. A revelação de que a obtenção ilegal de informação privilegiada deu à Austrália uma vantagem desigual na negociação do CMATS levou o Timor-Leste a exigir a anulação do tratado e retomar a demanda pela soberania plena de sua porção delimitada pela linha média. O caso foi levado ao Tribunal Permanente de Arbitragem (TPA) em 2013 (ano em que o Timor-Leste finalmente ratificou a CNUDM), e começou a tramitar em 2016, quando um processo de conciliação compulsória foi instaurado, com base na seção V dessa convenção⁴ (PHAN, 2017). Apesar de não produzir uma decisão vinculante, o processo de conciliação permitiu a formação de um foro de discussão para as pautas de Timor-Leste, e, eventualmente, obteve sucesso em acordar um tratado definitivo considerado satisfatório para ambas as partes dentro de um ano (GOVERNO DO TIMOR-LESTE, 2017).

Figura 5 e 6 – Fronteiras marítimas no Mar do Timor: 2002-2018



Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de Coutinho e Gala (2015); DFAT (2017); La'o Hamutuk (2008); Scheiner (2018); Zainudin *et al* (2014).

O novo tratado, assinado em 2018, transfere toda a zona de exploração conjunta para o Timor-Leste e alarga as fronteiras laterais entre a linha de 1972 e a linha média, contornando

⁴ Phan (2017) esclarece que o Tribunal Permanente de Arbitragem funciona mais como um órgão administrativo, não possuindo as prerrogativas de uma corte, daí o caráter não-vinculante do processo de conciliação realizado no seu âmbito.

os campos existentes nessas regiões. Os dois países concordaram no estabelecimento de um regime de partilha especial para o campo de Greater Sunrise, cuja participação poderá variar conforme o destino do processamento do petróleo e gás natural liquefeito extraído. Se ambos os países decidirem pelo processamento em Timor-Leste (Tasi Mane), o percentual da receita destinada a esse país será de 70%. Se o destino for a Austrália (Darwin), o montante recebido pelo Timor-Leste sobe para 80%. Esse constitui o único impasse a ser solucionado pelos dois países (EVANS, 2018).

A criação de um complexo de refino de hidrocarbonetos em Timor-Leste é uma reivindicação antiga de Dili e traria benefícios óbvios para a frágil economia do país. Entretanto, como nota Evans (2018), o processamento na Austrália seria muito mais vantajoso para o Timor-Leste dado que já existe uma rede de dutos submarinos integrada a uma refinaria já em operação em Darwin. Toda a infraestrutura no Timor-Leste teria que ser construída do zero, tornando, em último caso, a exploração da reserva economicamente inviável. A existência de uma fossa entre as plataformas da Austrália e a ilha de Timor torna o trabalho de assentar os dutos no leito submarino ainda mais desafiador. Tudo isso pesa contra a posição do Timor-Leste, cuja única reserva em exploração (Bayu-Udan) se esgotará em 2022.

O novo tratado foi anunciado como uma vitória do Timor-Leste, que figura como o país mais pobre do Sudeste Asiático, e cujo orçamento advém quase todo das minguantes reservas de gás e petróleo; já a Austrália sustenta um dos padrões de vida mais elevados do mundo e a renda e as reservas do mar do Timor têm importância apenas suplementar na sua economia. No entanto, a boa vontade da Austrália em ceder à causa do pequeno país veio tarde e faz parte de uma estratégia que vai além do Mar do Timor. Sobre o potencial de produção dos campos situados nas águas timorenses, Scheiner (2018, p. 3) nota que o atraso no reconhecimento da soberania do Timor-Leste foi providencial para os interesses australianos:

Now that Buffalo, Elang-Kakatua and Kitan are shut down and more than 97% of Bayu-Udan revenues have been collected, Australia has accepted Timor-Leste's claim to sovereignty over nearly all of the former "joint" development area. On its western side, Laminaria-Corallina is nearly empty – and Australia will give it up when it has no more economic value. No new discoveries have been made in contested areas.

De fato, o tratado de 2018 posterga a incorporação plena dos campos de Greater Sunrise e Laminaria-Coralina, mesmo estes se situando dentro dos novos limites laterais leste e oeste, respectivamente, para quando ambos estiverem sido completamente esgotados. Adicionalmente, como notam Davidson e Knaus (2018), o tratado declara que nenhum país terá direito a indenização pela exploração realizada no período anterior à sua assinatura. A inserção desta cláusula evidencia o reconhecimento explícito de que a Austrália já tirou a maior parte do

proveito econômico da região disputada enquanto ganhava tempo propondo novos arranjos jurídicos. Wroe (2018) oferece outra perspectiva, comentando que a afirmação do compromisso da Austrália com o direito internacional fortalece os laços de amizade com as nações amigas da Ásia e dá credibilidade às críticas de Canberra às ambições chinesas no Mar do Sul da China.

A conclusão de um acordo estendendo a fronteira do Timor-Leste traz à tona o prospecto de que a Indonésia possa ser o próximo país a levar a Austrália às cortes internacionais para reivindicar mudanças na sua própria fronteira marítima, que permanece imutada desde 1972. A expansão lateral da soberania do Timor-Leste necessariamente trará a Indonésia à mesa de negociação, já que ela se estende sobre a Zona Econômica Exclusiva da Indonésia definida pelo tratado de Perth⁵ (BARKER, 2018). Esta possibilidade foi reforçada pela declaração do ministro das relações exteriores da Indonésia, Damos Agusman, de que o tratado entre Timor-Leste e Austrália tornará necessário que o próprio tratado de Perth seja revisto com a Austrália (HERMANSYAH, 2018). Nesse ínterim, o novo tratado assinado em 2018 é inovador ao estabelecer fronteira definida e declarar a possibilidade de renegociá-la com a Indonésia. A lógica por trás de uma eventual contestação indonésia é que se a Austrália esteve disposta a negociar a divisa com o Timor-Leste e adequá-la à CNUDM, não há porque negar demanda similar por parte da Indonésia. No pior cenário para a Austrália, o país teria que renegociar milhares de quilômetros de fronteira que vão muito além da ilha de Timor em ambas as direções, perdendo o controle de vastas reservas de gás e petróleo distribuídos em vários campos em sua plataforma (BARKER, 2018).

O acordo selado entre Austrália e Timor-Leste representa, em certos sentidos, a vitória do mais fraco no “Davi vs. Golias” diplomático travado entre as duas nações, em que a busca obstinada dos timorenses pela repartição justa do mar que separa as duas nações foi capaz de contornar as manobras australianas e arrastar seu poderoso oponente a um novo acordo pautado no Direito do Mar estabelecido. O uso inédito da conciliação como mecanismo de resolução de um litígio marítimo desde a criação da CNUDM obteve êxito onde a negociação bilateral entre desiguais falhou, abrindo um precedente para a solução de outras disputas sobre o mar. Vale destacar também o papel do *shaming power* que desnudou a ganância e hipocrisia da conduta da Austrália, pautada unicamente no interesse econômico vis-à-vis os princípios centrados na democracia e direitos humanos que fundam essa nação. Os escândalos de espionagem e as tentativas de obstrução do julgamento atraíram a condenação internacional e contribuíram para

⁵ O Tratado de Perth de 1997 cria a Zona Econômica Exclusiva indonésia entre a linha do tratado de 1972 e a linha média. Esse acordo transfere à indonésia o direito à exploração da coluna d’água, mas mantém a jurisdição australiana sobre os recursos do leito oceânico (BARKER, 2018).

colocar a Austrália na defensiva. A manutenção da exploração conjunta ao norte da linha média e a renúncia a qualquer compensação ao Timor-Leste, contudo, mostram a medida que o peso da disparidade de poder entre os dois países foi capaz de imprimir nas negociações. A inclusão da China no cálculo da atuação australiana atesta o estatuto deste país de *player* global a ser considerado mesmo em disputas regionais fora de sua zona de influência imediata. A aproximação entre Timor-Leste e China é vista como uma possibilidade a ser afastada tanto em Canberra quanto em Jacarta. A marcação definitiva da fronteira marítima entre Austrália e Timor-Leste encerra uma longa disputa ao mesmo tempo em que arisca ser o gatilho de outra muito maior. A emergência de uma “questão indonésia” nos mares que separam os dois gigantes impõe à Austrália um desafio de outra ordem, no qual um desfecho parecido com o do tratado assinado com o Timor-Leste implicaria uma redução considerável do território marítimo australiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTRÁLIA. DEPARTMENT OF FOREIGN AFFAIRS AND TRADE (DFAT). **Australia's Maritime Arrangements with Timor-Leste**, 2017. Disponível em: <<http://dfat.gov.au/geo/timor-leste/Documents/australias-maritime-arrangements-with-timor-leste.pdf>>. Último acesso em: 26 de março de 2018.

BARKER, Anne. Australia and East Timor maritime agreement could 'unravel' borders with Indonesia. **ABC News**, 2018. Disponível em: <<http://www.abc.net.au/news/2018-03-06/australia-east-timor-deal-could-unravel-border-with-indonesia/9515874>>. Último acesso em: 26 de março de 2018.

COUTINHO, Francisco Pereira; GALA, Francisco. David and Goliath Revisited: A Tale about the Timor-Leste/Australia Timor Sea Agreements. **Texas Journal of Oil Gas and Energy Law**, v. 10, n.º 2, 2015, p. 429-462. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2938540>>. Último acesso em: 26 de março de 2018.

DAVIDSON, Helen; KNAUS, Christopher. Treaty confirms Australia profited from Timor-Leste oil and gas, rights groups say. **The Guardian**, 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/mar/07/treaty-confirms-australia-profited-from-timor-leste-oil-and-gas-rights-groups-say>>. Último acesso em: 26 de março de 2018.

EVANS, Damon. Overblown Expectations For East Timor's Greater Sunrise Oil And Gas. **Forbes**, 2018. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/damonevans/2018/03/02/overblown-expectations-for-east-timors-greater-sunrise-oil-gas/#71d4a76b299a>>. Último acesso em: 26 de março de 2018.

FREITAS, Célia Vieira de. A questão de Timor: Comentário ao caso de Portugal vs. Austrália. In: **Review Papers (Recensões)**, Case Note 2/99, Comentário de Jurisprudência. Lisboa:

Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2017. Disponível em: <<http://www.fd.unl.pt/Anexos/Downloads/192.pdf>>. Último acesso em: 26 de março de 2018.

GOVERNO DO TIMOR-LESTE. **Conciliação entre a República Democrática de Timor-Leste e a Comunidade da Austrália**, Nota da Imprensa do Tribunal Permanente de Arbitragem, 2017. Disponível em: <<http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2017/11/Press-Release-No.-11-PT.pdf>>. Último acesso em: 26 de março de 2018.

HERMANSYAH, Anton. Indonesia, Australia to revisit maritime border agreement. **The Jakarta Post**, 2018. Disponível em: <www.thejakartapost.com/news/2018/03/16/indonesia-australia-to-revisit-maritime-border-agreement.html>. Último acesso em: 27 de março de 2018.

Major Oil and Gas Fields in the Timor Sea. **La'o Hamutuk**, 2008. Disponível em: <<https://www.laohamutuk.org/OilWeb/Company/FieldIdx.htm>>. Último acesso em: 27 de março de 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar**. Parte II. Seção 2. p. 30. Viena, 1982. Disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf>. Último acesso em: 26 de março de 2018.

PHAN, Hao Duy. **UNCLOS Conciliation: the Timor-Leste v. Australia maritime boundary dispute**. Singapura: Universidade Nacional de Singapura, Centro para o Direito Internacional. Disponível em: <<https://cil.nus.edu.sg/wp-content/uploads/2016/12/Timor-Aus-Hao-Duy-Phan-v2.pdf>>. Último acesso em: 26 de março de 2018.

SCHEINER, Charles. The Timor-Leste-Australia Maritime Boundary Treaty. **La'o Hamutuk**. 2018. Disponível em: <<http://www.laohamutuk.org/Oil/Boundary/Treaty/LhBoundaryTreaty21Mar.pdf>>. Último acesso em: 26 de março de 2018.

WROE, David. Australia's new maritime deal fuelled by fears of regional disorder amid China's rise. **The Sydney Morning Herald**, 2018. Disponível em: <<https://www.smh.com.au/politics/federal/australia-s-new-maritime-deal-fuelled-by-fears-of-regional-disorder-amid-china-s-rise-20180306-p4z342.html>>. Último acesso em: 26 de março de 2018.

ZAINUDIN, Rahmadani Muhammad; LESTARI, Fritiana; QURANA, Sitta. **Timor Gap Treaty: Treaty between Australia and the Republic of Indonesia on the Zone of Cooperation in an Area between the Indonesian Province of East Timor and Northern Australia**. Paper acadêmico. Indonésia: Universidade Muhammadiyah Yogyakarta, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/9838885/Timor_GAP_Treaty?auto=download>. Último acesso em: 26 de março de 2018.

A CRISE HUMANITÁRIA EM MYANMAR: AS ESFERAS ÉTNICO-RELIGIOSA E GEOPOLÍTICA QUE ENVOLVEM O CONFLITO NO SUL ASIÁTICO

Dimitria H. de Mello Assis Nunes

Desde 2012, desdobra-se o acirramento do conflito entre birmanes e rohingyas, mediante a desproporcional contraofensiva militar por parte das forças do governo, composto por maioria birmane (também chamada de bramá), em relação ao grupo minoritário rohingya, o qual reage contra sua condição de apatridia, marginalização e estado de penúria. A violência outorgada pelo governo já contabiliza, à República da União de Myanmar, quase 1 milhão de refugiados (FORINO, VON MEDING, JOHNSON, 2017). As origens desse conflito remontam à instabilidade política instaurada após a independência em relação à Grã-Bretanha e a consequente insurreição de grupos étnicos pré-existentes, que passaram a disputar espaço político até então arbitrado pela metrópole britânica. Ademais às esferas étnico-religiosas do conflito, interliga-se contiguamente a questão geoeconômica do estado de Rakhine, na costa ocidental do país. Esse se torna palco de disputa estratégica por ser um território que se constitui como fonte de minérios e por onde percorrem rotas de gasodutos.

A independência da Birmânia, como Myanmar era chamado à luz da época, em 1948, foi sucedida pela instabilidade política e diversas insurreições que culminaram na instalação e manutenção de um governo ditatorial a partir de 1962, com a suspensão da constituição de 1947 e o estabelecimento de um regime socialista e autoritário. A imposição do domínio colonial britânico marcara um precedente para lidar com conflitos que perdurou no governo militar. O uso da força para silenciar grupos separatistas foi, então, largamente utilizado pela elite colonial e, posteriormente, pela elite militar, que suprimia minorias étnicas da participação política em favor de uma identidade nacionalista homogeneizada (COHRE, 2007).

O fracasso da política do governo, a “via birmanesa para o socialismo”, transformou o país em um dos mais pobres do mundo, no fim da década de 1980. Em um contexto de precarização econômica, violência policial e escândalos de corrupção, uma onda nacional de protestos, chamada de Revolta 8888, emergiu a fim de democratizar o país. O governo respondeu violentamente, com a morte de três mil civis e a instauração da Lei Marcial, que passou a reger o país (Idem, 2007).

O novo regime militar mudou oficialmente o nome do país, em 1989, para União de Myanmar, objetivando a libertação do passado colonial. O significado de Myanmar, no entanto, é consonante ao de Birmânia: remonta ao nome da etnia dominante, a birmane ou bramá. Essa, de religião budista, representa dois terços da população e prevalece econômico-politicamente.

Em 1982, o governo militar listou 135 grupos étnicos reconhecidos oficialmente em Myanmar, excluindo destes os rohingyas, uma minoria étnica de religião muçulmana oriunda do estado de Rakhine – dos quais mais de 78% vivem abaixo da linha da pobreza (FORINO, VON MEDING, JOHNSON, 2017). A justificação do governo, negada pelos rohingyas, era a de que se tratavam de pessoas migrantes de Bangladesh a Rakhine no tempo em que Myanmar era uma colônia britânica e que viviam agora ilegalmente no país. A nova classificação de apatridia teve como consequência a supressão de direitos – tais como o acesso à cidadania, o registro de casamentos, a prerrogativa de viajar sem a permissão de autoridades, o direito de possuir terras ou propriedades e o de ensinar em seu próprio idioma –, tornando-os significativamente mais vulneráveis (COHRE, 2007).

Já em 1990, graças a pressões nacionais e internacionais que condenavam a supressão da democracia, os militares promoveram eleições diretas para a formação de uma Assembleia Constituinte. A Liga Nacional pela Democracia (NLD, pela sigla em inglês), liderada por Aung San Suu Kyi – filha do líder da independência birmanesa – venceu as eleições com 82% das cadeiras. No entanto, os militares não aceitaram a vitória da NLD e prenderam centenas de civis, inclusive Suu Kyi, que foi submetida à prisão domiciliar. Em 1991, ela recebeu o Prêmio Nobel da Paz por sua luta e resistência pacífica contra o regime militar, se transformando num símbolo para a população e a comunidade internacional (Idem, 2007).

Não obstante, a violência institucional, o desrespeito aos direitos humanos e a prisão arbitrária de opositores continuaram e, na virada do milênio, o governo militar já tinha maior controle sobre o país do que qualquer regime anterior, incluindo a administração colonial (Ibidem, 2007). Apenas em 2008, quando os protestos antigoverno ganharam adesão dos monges budistas, altamente reverenciados pela população civil e pelos militares, o país iniciou uma suposta abertura gradual. Esses protestos foram conhecidos como Revolução do Açafrão e repercutiram internacionalmente, obtendo apoio dos Estados Unidos, União Europeia, Canadá e Austrália, que reforçaram as sanções econômicas contra a junta militar. Até a China, maior aliada do país, solicitou aos líderes militares a abstenção da violência (OXFORD BURMA ALLIANCE, 2018).

O governo oficial civil foi instaurado em 2011, com a dissolução do regime militar, apesar desses ainda comporem majoritariamente a gestão. Em 2015, novas eleições elegeram o candidato do partido NLD, Htin Kyaw, e Suu Kyi, constitucionalmente impedida de assumir a presidência devido a uma lei criada durante o período militar que vetava candidatos cujos

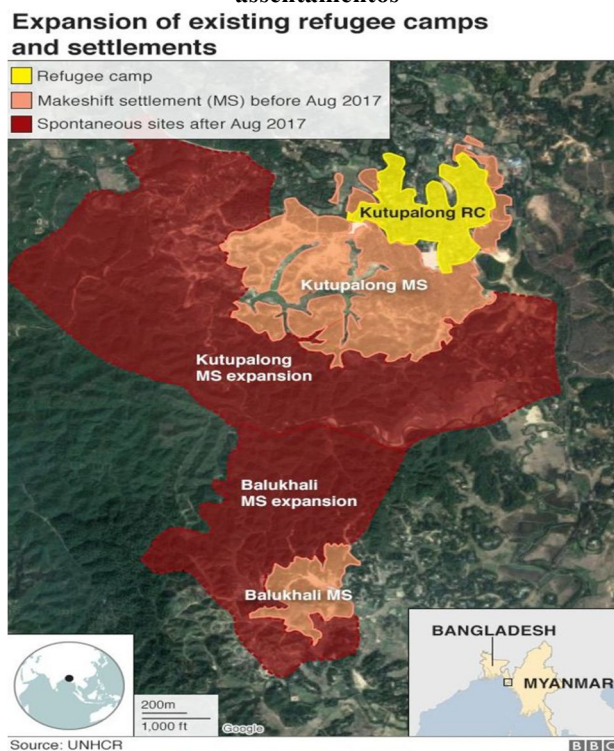
cônjuges não eram naturais de Myanmar, assumiu o cargo recém-criado de Conselheira de Estado, hierarquicamente acima do presidente (GORTAZÁR, 2017).

Apesar do processo de democratização tomar forma no país, a situação dos rohingyas e outras minorias étnicas não tem melhorado. Desde 2012, o conflito adquiriu um caráter mais violento. Naquele ano, uma mulher bramá foi violentada e assassinada por três muçulmanos. Depois disso, partidos políticos bramá, associações de monges budistas e grupos civis clamaram publicamente pela limpeza étnica dos rohingyas. O resultado foi a morte de 200 rohingyas e 140 mil confinados em 67 campos de refugiados (DW, 2017).

Já em outubro de 2016, militantes rohingya atacaram pontos de controle de segurança, matando nove policiais. A reação do governo se deu a partir da operacionalização do discurso antiterrorista em relação aos muçulmanos, que ganhou força na “guerra contra o terror” estadunidense e foi responsável por matança arbitrária, estupro sistemático, incêndio de casas e expulsão de moradores, contabilizando 70 mil rohingyas refugiados no campo de Kutupalong, no município de Cox’s Bazar, ao sul de Bangladesh (SHAMS, 2017).

No dia 25 de agosto de 2017, uma nova onda de violência recrudesceu o conflito, quando o Exército de Salvação Rohingya de Arakan (ARSA, pela sigla em inglês) atacou diversos quartéis das forças de segurança do Estado. O que se sucedeu foi uma desproporcional contraofensiva militar mianmarese, que acarretou o último êxodo da população rohingya em direção a países vizinhos (DW, 2017). A ONU contabiliza que cerca de 655 mil rohingyas tenham se deslocado em busca de refúgio a partir de então. Somados a esses, 300 mil civis já estavam em campos de refugiados, devido a êxodos anteriores. Assim, o número de refugiados chegou perto de um milhão de rohingyas e o número de mortos atingiu 6.700, constituindo a crise humanitária que mais cresce no mundo em menor espaço de tempo. Os países de destino são, principalmente, Bangladesh, Malásia, Tailândia e Indonésia. O maior campo de refugiados é o de Kutupalong, mas esse já conta com suas capacidades esgotadas.

Figura 7 – Expansão dos campos de refugiados e assentamentos



Fonte: ACNUR (2018).

Campos improvisados surgiram na zona rural circundante e nas proximidades, à medida que os rohingyas continuam chegando (BBC, 2018).

Diante dessa situação, em novembro de 2017, o Conselho de Segurança da ONU pediu ao governo de Myanmar que suspendesse a violência contra os rohingyas e declarou considerá-lo responsável por uma limpeza étnica, mas nenhuma sanção foi imposta ao país. Esse, por sua vez, continua a negar as condenações (BBC, 2018). Já Suu Kyi, insígnia da democracia e paz de Myanmar, ainda não condenou publicamente as atrocidades levadas a cabo pelas forças armadas do país – o que tem comprometido a sua reputação a nível internacional. Ao mesmo tempo em que a Conselheira de Estado enfatiza, em suas declarações, o seu apoio à não violência, ela justifica a forte presença militar no estado de Rakhine pelas infrações às leis cometidas pelos rohingyas (FORINO, VON MEDING, JOHNSON, 2017). Seu discurso cauteloso torna-se consoante à sua base política majoritariamente formada pela etnia bramá.

Em janeiro de 2018, Myanmar e Bangladesh estabeleceram um acordo para repatriação de 1500 refugiados por semana a partir do dia 23 do mesmo mês. Com as capacidades esgotadas, o município de Cox's Bazar anunciou o controle das fronteiras e acordou, assim como o governo de Myanmar, que a repatriação deveria ser voluntária. No entanto, os rohingyas requereram, para tal, a cidadania do país de origem, as terras que lhes foram tiradas e a garantia de segurança internacional, e nada, além da reconstrução de alguns campos de refugiados, foi assegurado pelo governo (BBC, 2018).

O que é pouco repercutido na mídia internacional é a função política que adquiriu o conflito. A associação de privilégios políticos a um grupo predominante, os bramás, remete ao período colonial, e foi responsável pelo confronto entre as etnias, quando essa passou a segregar as demais em nome de uma ordem homogeneizadora. Mais recentemente, no entanto, a partir do acirramento do conflito, o fator geoeconômico se tornou a pedra angular que o rege. Concomitantemente ao êxodo ocorrido em 2012, as terras alocadas para grandes projetos aumentaram em 170% desde 2010, e as leis que regiam a terra foram alteradas a fim de favorecer grandes aquisições corporativas. A revisão da Lei de Terras Agrícolas e da Lei de Terrenos Vazios, conciliada à criação da Lei de Investimentos Estrangeiros, permitiram a participação de 100% do capital estrangeiro e períodos de arrendamentos de até 70 dias. Ademais, a Lei dos Camponeses de 1963, que protegia os pequenos proprietários e os direitos do agricultor à terra, também foi anulada em 2012 (SASSEN, 2017).

Essa flexibilização legislativa permitiu ao governo a expropriação de pequenos agricultores rohingyas, alocando 1.268.077 hectares de terra para o desenvolvimento rural

corporativo (SASSEN, 2017). Já em 2013, a China concluiu a construção de um gasoduto a partir da costa de Myanmar, que percorre o estado de Rakhine, resultado de um contrato de 30 anos acordado com os militares do país. A disponibilidade de recursos naturais estratégicos na região, como cobre, zinco, petróleo e gás natural, e a proximidade com duas grandes potências – Índia e China – torna, por conseguinte, Myanmar alvo da disputa hegemônica regional (FORINO, VON MEDING, JOHNSON, 2017).

Portanto, para o governo, composto majoritariamente de bramás, a crise humanitária vai além das suas origens étnico-religiosas e adquire uma faceta geoeconômica estratégica. Dessa forma, os acordos entre a elite política e grandes potências se inserem no pensamento colonial, de desvinculação daquela com a própria população nacional, e tecem a balança de poder asiática a partir do envolvimento das duas maiores potências da região. São os rohingyas, no entanto, submetidos a mortes arbitrárias, estupro sistemático, incêndios de casas, expulsão de moradores e condição de penúria e apatridia, as maiores vítimas desse jogo político asiático.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Displacement and Dispossession: Forced Migration and Land Rights in Burma. **Centre on Housing Rights and Evictions (COHRE)**, 2007. Disponível em: <http://www.ashleysouth.co.uk/files/COHRE_November_2007.pdf>. Último acesso em: 8 de abril de 2018.

FORINO, Giuseppe; VON MEDING, Jason; JOHNSON, Thomas. The oil economics and land-grab politics behind Myanmar's Rohingya refugee crisis. **Quartz India (QZ)**, 2017. Disponível em: <<https://qz.com/1074906/rohingya-the-oil-economics-and-land-grab-politics-behind-myanmars-refugee-crisis/>>. Último acesso em: 8 de abril de 2018.

GORTAZÁR, Naiara Galarraga. Líder de Myanmar e Nobel da Paz, Aung San Suu Kyi se cala diante da ofensiva contra os rohingyas. **El País**, 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/03/internacional/1509712503_347831.html>. Último acesso em: 19 de abril de 2018.

Myanmar Rohingya: What you need to know about the crisis. **BBC**, 2018. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-41566561>>. Último acesso em: 8 de abril de 2018.

ONU denuncia possível limpeza étnica em Myanmar. **Deutsche Welle (DW)**, 2017. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/onu-denuncia-poss%C3%ADvel-limpeza-%C3%A9tnica-em-myanmar/a-40448286>>. Último acesso em: 8 de abril de 2018.

Rohingya crisis: Bangladesh and Myanmar agree repatriation timeframe. **BBC**, 2018. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-42699602>>. Último acesso em: 8 de abril de 2018

Saffron Revolution. **Oxford Burma Alliance**, 2018. Disponível em: <<http://www.oxfordburmaalliance.org/saffron-revolution.html>>. Último acesso em: 8 de abril de 2018.

SASSEN, Saskia. Is Rohingya persecution caused by business interests rather than religion? **The Guardian**, 2017. Disponível em <<https://www.theguardian.com/global-development-professionals-network/2017/jan/04/is-rohingya-persecution-caused-by-business-interests-rather-than-religion>>. Último acesso em: 8 de abril de 2018.

SHAMS, Shamil. Entenda o conflito em torno dos rohingya em Myanmar. **Deutsche Welle (DW)**, 2017. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/entenda-o-conflito-em-torno-dos-rohingya-em-myanmar/a-40517106>>. Último acesso em: 8 de abril de 2018.